



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, pelas 20h30, nas instalações da Associação Em Diálogo, no Centro Comunitário do Vale do Cávado, na Freguesia de Monsul, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (20`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do regulamento para atribuição de apoios às Juntas de Freguesia ou União de Freguesias do concelho da Póvoa de Lanhoso - Câmara Amiga das Freguesias.

Ponto Três (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2024, no âmbito da faculdade prevista no artigo 145.º da Lei do Orçamento de Estado para 2025.

Ponto Quatro (20`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Cinco (20`):

Proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da aquisição de equipamentos para os serviços municipais no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Ponto Seis (20`):

Proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da construção de Centro de Recolha Oficial de Animais no valor de até 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Ponto Sete (20`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em diversos procedimentos de contratação pública.

Ponto Oito (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de aditamentos a contratos interadministrativos entre a Município da Póvoa de Lanhoso e Junta de Freguesia de Taíde e entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Junta de Freguesia de Monsul, aprovação das minutas correspondentes e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Álvaro da Silva Oliveira; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Maria Glória Rodrigues Matos Couto; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Joaquim Armando da Silva Fernandes. Com justificação de falta: Clarisse Cardoso Matos e João Gonçalo Pereira Fernandes.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sónia Manuela Baptista Guimarães; João António Rodrigues Marques; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga e Diogo Amaral de Sousa. Com justificação de falta: Rita Catarina Branco Teixeira

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas e Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Vieira Duarte Moreira e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Alexandre Manuel Coimbra Peixoto; Maria Alice Rodrigues Sousa e Pedro José da Silva Baptista.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, deu uma saudação especial ao Presidente da Associação Em Diálogo e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsul e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão da Assembleia Municipal de 18 e 19 de dezembro de 2024, informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. Seguidamente, concedeu a palavra à segunda secretária, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência. E após a leitura da correspondência, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD) concedendo a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Se me permitem as primeiras palavras desta intervenção são para endereçar um profundo agradecimento à Em Diálogo, Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso, não só por nos receber hoje aqui em sua casa, mas também por se tratar de uma IPSS concelhia de elevada importância e reconhecido mérito com mais de vinte cinco anos de existência e dedicação ao desenvolvimento do nosso concelho, saudando todos os seus colaboradores, estrutura diretiva e Assembleia Geral, na pessoa do senhor Presidente da direção, o Dr. António Lourenço. Uma saudação também especial para todos os monsulenses que tão bem nos têm recebido ao longo de todos estes anos, na pessoa do senhor Presidente da junta, José Manuel Tinoco.

Relativamente aos assuntos que justificam a intervenção neste período antes da ordem do dia, começo por lembrar ao executivo e aos senhores deputados que nos encontramos a três assembleias ordinárias do final do presente mandato. Se bem se recordam, vocês aqui presentes e todos os povoenses que nos vêem e ouvem via transmissão online, iniciamos estas reuniões com uma sessão de esclarecimento sobre o PDM, aqui chegados e a julgar pela informação vertida no documento descritivo da atividade do município que será apresentado no primeiro ponto da ordem do dia, podemos constatar que dados os sucessivos atrasos que a elaboração do documento tem sofrido, provavelmente, oxalá não, não teremos condições de o aprovar nesta Assembleia no presente mandato. A acontecer tal situação gerará no CDS-PP e seguramente nas demais bancadas parlamentares, um sentimento de frustração por não

termos conseguido ver solucionada uma questão deveras importante para os povoenses, tanto no aspeto pessoal, como aspeto económico e desenvolvimento do nosso concelho. Da leitura do desenvolvimento do processo da via circular, vemos hoje, 28 de fevereiro de 2025, decorridos que estão 1.230 dias desde a tomada de posse, 18 de outubro de 2021, que o executivo finalizou a definição do espaço canal do traçado definitivo da via circular, 1.230 dias. O mesmo quer dizer que só agora se delimitou a área correta, que permitirá identificar os terrenos que irão ter de ser expropriados e nos quais irá ser construída a via circular. Quer também dizer, por este motivo, era impossível inscrever nas cartas do PDM em revisão esta mesma área, ou seja, antes desta área ser delimitada, era impossível ter um PDM. Nesta sequência a avaliação de impacto ambiental que se encontra em elaboração e que terá depois de submetida para apreciação de ser aprovada pela agência portuguesa do Ambiente, poderá constituir outro grande entrave à conclusão da revisão do PDM, na medida em que um chumbo resulte em nova revisão do traçado, pelo menos, e com ela mais um adiamento na vida e nos sonhos dos povoenses e das nossas empresas. O que na gíria se intitula de pescadinha de rabo na boca ou andar às voltas sem sair do lugar.

Política, é escolha de caminhos, mas também é saber ouvir, é reconhecer e aprender com os erros e é sobretudo trabalhar para obter resultados em tempo útil, e nesse tempo útil que, no entender do CDS-PP são os quatro anos de duração de um mandato autárquico, não temos nada concretizado, nem da Via circular nem de PDM. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que estávamos com problemas técnicos que não nos permitia fazer a transmissão em direto, e concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A justiça pode demorar, mas acaba sempre por chegar. Quando regressei a esta Assembleia Municipal, após a minha suspensão de mandato de seis meses iniciais, fiz questão de trazer um assunto a esta casa, que é acima de tudo, a casa da democracia e que, na altura, alguns senhores e senhoras deputadas riram-se, desvalorizaram o sucedido, tentaram fazer parecer que era um capricho, ou uma questão menor, mas, como diz o povo, quem ri por último, ri melhor. E hoje, com a deliberação da Comissão Nacional de Eleições ficou provado de que aquilo que denunciei não era só verdadeiro como era grave.

Na campanha eleitoral de 2021, vi de perto tudo aquilo que a política tem para oferecer de bom e de mau. Sempre defendi que a política deve ser feita com ética, transparência e, acima de tudo, respeito pelas regras que garantem igualdade entre candidaturas. Não sou o melhor orador nem o parlamentar mais eloquente, mas em termos regimentais e administrativos poucos me ultrapassam, e foi esse conhecimento que me permitiu,

naquela altura, identificar e denunciar práticas que violavam o princípio da neutralidade e imparcialidade que deve reger o comportamento dos titulares dos cargos em período eleitoral.

Denunciei publicamente e formalmente a utilização abusiva dos meios da autarquia em benefício de uma candidatura. Fui questionado, desvalorizado, até descredibilizado por alguns, mas o tempo veio a dar-me razão e a Comissão Nacional de Eleições veio confirmar que houve, de facto, uma violação dos deveres da neutralidade, imparcialidade por parte do então presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e que essa violação foi suficientemente grave para justificar o envio do processo ao Ministério Público.

Os factos são claros, as redes institucionais foram utilizadas para confundir o cargo público com a candidatura partidária. Informações a que apenas tinha acesso na qualidade de Presidente de Câmara foram instrumentalizadas para influenciar o eleitorado. Isto não é apenas uma questão ética, mas avaliação expressa da lei.

Em democracia sempre deve existir uma alternativa e essa alternativa pode ser credível se for construída sobre uma oposição forte, atenta e combativa. Quem governa deve sentir a cada decisão que toma o peso da responsabilidade de servir todos e não apenas alguns. A democracia exige políticos sérios e íntegros capazes de respeitar as regras do jogo democrático e atuar com elevação e sentido de Estado. Sem oposição não há escrutínio, sem escrutínio, não há transparência e sem transparência, a democracia enfraquece.

Aproveito ainda esta oportunidade para desejar um excelente trabalho às novas direções das campanhas eleitorais, e aos candidatos que integrarão os vários órgãos autárquicos. Que tenham sempre presente que o seu trabalho deve ser exemplar, conduzido com seriedade e respeito pelos valores democráticos que saibam honrar a confiança dos eleitores e contribuir para um debate político elevado e construtivo, pois só assim fortalecemos a nossa democracia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, a política não pode ser vale tudo e se há algo que esta deliberação da Comissão Nacional de Eleições prova é que denunciar injustiças e ilegalidades, vale a pena. O respeito pelas regras não pode ser opcional, mais do que uma questão partidária, isto é uma questão de princípio e de defesa da democracia. Muito obrigado. Disse.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Uma saudação muito especial à Associação Em Diálogo, uma IPSS que muito tem feito pela área social no nosso concelho e que continua dia após dia, a sua missão, sempre

com mais e melhores recursos, mais e melhores infraestruturas em serviço da sua comunidade. Um bem-haja para todas e para todos que integram esta associação na pessoa do seu Presidente da direção, Dr. António Lourenço.

Um bem-haja, também, para os monsulenses e para todo o nosso baixo concelho e também para a comunidade imigrante deste baixo concelho que nos segue pelas redes sociais, um agradecimento também para os serviços e para a Junta de freguesia de Monsul por trabalharem afincadamente e por tornarem possível esta sessão de assembleia descentralizada.

Dar nota que registo com satisfação as suas palavras deputado Miguel Pereira. Hoje dirijo-me a esta assembleia para mais uma vez, abordar uma questão que prejudica solenemente a saúde da nossa democracia local e que se tem manifestado pela ocultação de documentação e informação aos membros eleitos desta Assembleia Municipal. A transparência, como há pouco já foi dito, foi, é e será um pilar fundamental na gestão autárquica, infelizmente, desde que este executivo está em funções que não são disponibilizados documentos àqueles que têm o dever de fiscalizar, porque foram legitimamente eleitos para esse efeito, os membros eleitos não podem tomar decisões informadas nem defender os interesses dos munícipes de forma adequada, sem uma visão completa das ações e políticas em curso. Este comportamento reiterado, para além de enfraquecer o nosso papel fiscalizador, contraria os princípios de uma governação aberta e responsável onde a prestação de contas e informações não é só uma obrigação legal, mas um compromisso ético para com todos os munícipes.

A transparência é essencial para assegurar que os munícipes se sintam informados e representados, pois só quem tem acesso a dados e informações precisas é possível monitorizar a atuação do executivo. Lanço por isso, um novo apelo aos membros que compõem o órgão executivo desta autarquia para que repensem e reavaliem as suas práticas na disponibilização de documentação. Só essa transparência assegura que as decisões tomadas são claras e justificadas. Portanto, só posso lamentar o facto de o grupo parlamentar do Partido Social Democrata ter de recorrer à CADA - Comissão de Acesso dos Documentos Administrativos para apresentar queixa pela não disponibilização de documentação que, por direito e por dever democrático, deveria ser disponibilizada com prontidão. O facto de ser necessário recorrer a uma entidade externa para obter documentos administrativos, revela uma preocupante tentativa de condicionar o escrutínio e impedir um debate informado sobre os assuntos que aqui são trazidos. Esta prática é inaceitável numa governação que se diz democraticamente moderna e transparente. Não podemos nem vamos aceitar que a gestão da autarquia se faça à porta fechada, governar à porta fechada, é incompatível com os princípios fundamentais.

Um executivo que se diz transparente, não pode temer o acesso à informação, muito pelo contrário, deve promovê-lo ativamente, como é do conhecimento do senhor Presidente de Câmara, Dr. Frederico Castro, desta queixa resultou um parecer da CADA

datado de 15 de janeiro de 2025, que diz inequivocamente que o direito à informação não foi cumprido perante os eleitos do PSD na Assembleia Municipal. Esta situação precisa de ser corrigida de uma forma urgente para que possamos restaurar a confiança nas instituições locais e assegurar que a gestão autárquica seja feita de forma aberta, responsável e alinhada com os interesses de todos os munícipes.

Decorrido mais de mês e meio, desde que uma entidade externa emitiu parecer, ainda não se encontra cumprido o dever de informação. Pergunta-se quando vão ser disponibilizados os mapas de investimento das freguesias? Quando vamos realmente conhecer o processo da via circular, nomeadamente a sua tramitação junto das Infraestruturas de Portugal? Quando vamos conhecer o relatório de avaliação da parcela junto à rotunda das Bolas de Ouro, onde a autarquia pretende edificar o Centro Interpretativo do Território? Quando vai ser disponibilizado o relatório de avaliação das parcelas abrangidas pela Via circular e pela futura zona empresarial? Quando conheceremos as percentagens de execução do saneamento? Quando conheceremos os processos de contraordenação e a sua tramitação? Quando conheceremos o relatório definitivo de auditoria sobre a atividade da Câmara Municipal e dos serviços do município? Quando conheceremos o plano de contingência da Braval? Talvez por isso é que o índice de Transparência da Póvoa de Lanhoso, fixado pelo DINTRA é zero, a transparência na gestão pública é um elemento que impacta diretamente a eficiência, a confiança pública e a integridade administrativa.

Para quando a disponibilização de todos estes elementos para discutirmos em igualdade de circunstâncias, os temas estruturantes do nosso concelho? Lamentavelmente, também não pudemos contar com a colaboração deste executivo para no dia de hoje ter sido promovida uma sessão de esclarecimento quanto ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal, conjuntamente com a CCDDR-N, recorda-se que assembleia após assembleia, temos lançado este repto. É desta forma que este executivo pretende continuar a colaborar com todos os eleitos?

Como sabemos, estamos perante ainda o PDM de primeira geração, ou seja, que contempla zonas urbanizáveis e áreas de intervenção programada e só por isso, a referida sessão de esclarecimento já seria demasiado importante, pois já decorreram três anos desde que a CCDDR-N veio prestar esclarecimentos ao nosso concelho. Sucede que, como deve ser do conhecimento do senhor Presidente da Câmara, o Decreto-Lei 117/2024, de 30 de dezembro veio proceder a uma revisão no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente dando nota que os planos municipais que até 31 de dezembro de 2024, não tenham concluído as regras de classificação e qualificação, que é o nosso caso, as áreas urbanizáveis e de urbanização programada ficam automaticamente suspensas, impedindo toda e qualquer operação que implique a ocupação, o uso e a transformação do solo. O que somente revela uma gestão ineficaz e desorganizada neste processo. Ora, neste momento, todas as áreas urbanizáveis e ou de gestão programada estão suspensas é esta a pergunta que lhe lanço,

independentemente de poder ou não existir algum tipo de projeto em curso, a não ser que a Câmara Municipal emitisse uma declaração em sentido contrário, isto é importante clarificar.

Ora, neste momento, é esta a realidade do nosso concelho, como sabem, esta Assembleia elegeu dois membros para representar a Comissão Consultiva no âmbito desta revisão do Plano Diretor Municipal, neste caso, eu e o deputado Pedro Afonso. Apesar de ter sido requerida documentação atualizada desta revisão, mesmo no decurso da última Assembleia Municipal, o que é certo, é que a 22 de janeiro de 2025, foi novamente requerido essa documentação através da mesa, tendo sido obtida a seguinte resposta dos serviços "em relação à documentação, a mesma será disponibilizada oportunamente", questiona-se quando é que será oportuno? Os eleitos desta Assembleia têm o direito e o dever de fiscalizar e participar ativamente no processo de revisão do PDM que tem um impacto direto no desenvolvimento territorial, urbanístico e económico do nosso concelho. O adiamento contínuo da disponibilização de documentos é uma estratégia que mina a qualidade do debate, impedindo uma discussão informada e construtiva.

No que diz respeito à via circular, é dito que, em função dos estudos efetuados e que são muitos, pois já se cifra quase em meio milhão de euros, que já se encontra finalizado o espaço-canal do traçado definitivo. No passado dia 19 de dezembro, foi adjudicada mais uma prestação de serviços quanto às áreas inundáveis da via circular, à mesma empresa a que haviam sido adjudicados esses serviços em agosto de 2024. Afinal, o que é que estava ou está em falta relativamente às zonas inundáveis? E que passos estão por terminar para que seja oficializado e publicamente partilhado o traçado definitivo da via circular? Os municípios têm o direito de saber porque é que tantos e após, tanto estudo, tanto dinheiro investido, o traçado da Via circular ainda não está devidamente vertido.

Quanto à estratégia local de habitação, foi lançado o concurso público para a construção de 38 habitações, 4 T1s, 30 T2s e 4 T3s, no Bobeiro Fontarcada, com um preço base de concurso de aproximadamente 5.100.000 euros. Inicialmente, se bem se recordam, estava previsto um valor de empreitada de 4.400.000, entretanto, o valor já foi revisto, e ultrapassa já os 5.100.000. Qual é o ponto de situação deste concurso? Foi adjudicada a empreitada? Qual o prazo de construção que se encontra definido? Até porque uma das metas que anteriormente tinha sido definida para a construção destas 38 habitações tinha sido efetivamente 31 de dezembro de 2025.

Apesar de demasiado tardio a 23 de dezembro de 2024, o conselho de Administração da Braval ratificou a necessidade de proceder à realização de um estudo de impacto ambiental ao aterro sanitário, estudo este que os técnicos do município já consideravam essencial a 4 de outubro de 2022, e o nosso grupo parlamentar também o defendeu afincadamente. Mas mais vale tarde do que nunca. A 23 de janeiro decorreu o Encontro Nacional de Resíduos promovido pela Associação Portuguesa de Municípios. Estamos todos demasiado conscientes que os resíduos são uma problemática que impacta

bastante a Póvoa de Lanhoso, na medida em que a solução existente já se esgotou e que se tem transformado num conjunto muito significativo de problemas, nomeadamente um odor nauseabundo que é o primeiro cartão-de-visita para quem entra na Póvoa de Lanhoso e também para quem vai entrar a partir da via circular. Para além de ser uma questão ambiental, este cheiro torna-se uma afronta à dignidade dos munícipes que são obrigados a conviver com um ar poluído e insalubre. Ainda esta semana, os habitantes da Póvoa de Lanhoso acordaram mais uma vez com um cheiro insuportável. Quem passou esta semana pela Serra do Carvalho inclusive foi confrontado com um ar praticamente irrespirável que torna impossível ignorar a gravidade da situação. A persistência deste problema afeta diretamente o turismo, a qualidade de vida, a saúde pública e demonstra uma total falta de ação efetiva para uma questão que é completamente prioritária. Temos casos a nível nacional que após o esgotamento da capacidade dos aterros, as autarquias defenderam que os resíduos devem ser direcionados para outro local e não ampliados. Até por uma questão de rotatividade e de equidade entre concelhos.

Vamos continuar a ser o depósito dos resíduos dos concelhos que produzem muito mais que a Póvoa de Lanhoso, enquanto suportamos o custo ambiental e de qualidade de vida que nos é imposto? No referido encontro nacional, desta feita 23 de janeiro, qual foi o posicionamento da Póvoa de Lanhoso nesta matéria? O que é que os povoenses podem esperar a curto prazo? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente às questões levantadas relacionadas com o PDM. Em primeiro lugar, eu acho que não é de todo sério fazer passar uma mensagem de que a responsabilidade do PDM ainda não estar concluído e ser sucessivamente atrasado, seja da Câmara Municipal, ou até desta Assembleia Municipal, mas acrescento aqui, eu fazia só uma pergunta relativamente a isto, ao senhor Presidente de Câmara e peço que ele explique de forma minuciosa, como nos tem habituado, que estávamos mal habituados, como é que encontrou o processo do PDM quando chegou à Câmara Municipal e que trabalho desenvolveu até ao dia de hoje, em que estado está hoje o PDM?

Depois dizer-lhe o seguinte, senhora deputada, Fátima Alves, ouvir da sua boca falar em obrigações legais é, no mínimo, caricato, esta questão relacionada também com os documentos, eu coloco-lhe diretamente uma pergunta a si, se tem noção de quanto tempo já passou, desde que a bancada do Partido Socialista solicitou documentos administrativos a uma junta de freguesia do PSD, cuja senhora deputada lidera a bancada parlamentar e que, por acaso, os documentos envolvem procedimentos entre a

Junta de Freguesia e uma empresa da qual a senhora é gerente, e pergunto-lhe se sabe, há quanto tempo, esses documentos foram solicitados, quanto tempo passou e se já foram enviados ou não os documentos?

Depois dizer-lhe que estranho também que a senhora deputada tenha descoberto agora a democracia. Senhora deputada, é caso para lhe perguntar onde é que esteve no último mandato? Quantas vezes, assistiu nesta mesma Assembleia, o executivo à altura, recusar-se responder às questões que lhe eram endereçadas pela bancada do Partido Socialista? Melhor, quantas vezes a senhora deputada sentada nessa bancada, levantou o braço para recusar que o vereador da oposição pudesse usar da palavra? A senhora passa de uma posição em que apoia afincadamente a proibição do uso da palavra, e considera isso democrático, para uma posição em que todas as suas questões são respondidas pormenorizadamente pelo senhor Presidente de Câmara, como tenho a certeza que o fará de seguida, e considera isso antidemocrático. Mas que mudança senhora deputada, que bem que lhe faz estar na oposição e que bem que lhe faz ser candidata.

Senhora deputada, a transparência em política não se esgota no envio ou não de documentos, vai muito para além disso, a transparência em política é ser sério nas posições que tomámos e naquilo que defendemos, não fazer isso, depender de estarmos no poder ou de estarmos na oposição ou de sermos candidatos ou de não sermos candidatos, isso é que é transparência em política. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Faço naturalmente, um cumprimento muito especial à Associação Em Diálogo, aos seus dirigentes, o seu corpo de funcionários, também, a todos os seus utentes, a todo o trabalho que desenvolveram durante estes anos, que é um trabalho notável, digno de registo. Eu estive neste espaço no dia que ele foi inaugurado, lembro-me desse dia e, portanto, passaram muitos anos, foi feito muito trabalho, foram ajudadas muitas pessoas, a Em Diálogo mudou muito, mudou para melhor, obviamente, modernizou-se, atualizou-se, e isso também é obra e é trabalho de um homem que é o Dr. António Lourenço e das pessoas que o acompanharam ao longo destes anos, mas, sobretudo, se me permitem esta referência do Dr. António Lourenço que esteve na origem que, durante algum tempo, naturalmente, tratou de outras coisas, também tem vida própria, e tem direito a isso, e que regressou entretanto e que tem feito um trabalho de facto muito importante e que tem previsto para breve mais uma etapa que será uma etapa, eu diria, briosos para esta instituição, quando inaugurar o equipamento que está a ser construído na freguesia de Geraz, aqui ao lado, e que servirá também para reforçar o

importante trabalho social que esta instituição tem desenvolvido por isso a toda a Associação Em Diálogo, a todo o universo da Associação Em Dialogo, os meus cumprimentos e o meu respeito pelo vosso trabalho.

Cumprimento, o senhor Presidente de Junta de Monsul, naturalmente, o nosso amigo colega autarca José Manuel Tinoco, por estarmos na terra dele, na nossa terra, numa freguesia também escolhida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal para fazer mais uma Assembleia Municipal descentralizada.

Eu vou começar por responder ao deputado Pedro Afonso, usando uma citação do próprio "Em quatro anos, nada foi concretizado no que diz respeito ao PDM e a Via circular urbana." Bom, o senhor deputado sabe que isso não é verdade. O senhor deputado, sabe que isso não é verdade. Sabe que nós encontramos o PDM na estaca zero, isso é verdade, sabe que nós abraçamos o processo da via circular com unhas e dentes e desenvolvemos todo o processo e todo o cronograma que estava e que se mantém, e que se manterá, a partir do momento que a avaliação de impacto ambiental seja aprovada pela APA será retomado o cronograma da via circular urbana, mas, nomeadamente nos primeiros dois anos, conseguimos muitos feitos, mas eu vou referir só dois, dois que são diferenciadores e que nunca aconteceram na história da democracia povoense.

Conseguimos um acordo de gestão com as infraestruturas de Portugal para que fosse desenvolvido o processo e o projeto da Via Circular urbana, isso nunca foi conseguido e conseguimos em 2024, a confirmação por parte da IP, da inclusão no plano de atividades e Orçamento desta instituição dessa importante instituição do orçamento necessário para que seja executada a via circular urbana quando o projeto estiver concretizado. E quando o senhor ministro das Infraestruturas Dr. Miguel Pinto Luz fizer aquilo que se comprometeu comigo em fazer, que é nesse momento, conversar com o colega das finanças para que o plano e orçamento de atividades da IP que já têm o valor, repito, que já tem o valor necessário previsto no seu plano plurianual, possa ter a devida correspondência por parte do Ministério das Finanças e por parte do Orçamento de Estado.

São dois argumentos muito importantes, na minha opinião, eu sei que nós estamos a entrar numa fase em que os argumentos onde começar a deixar de valer muito, porque o calor eleitoral da pré-campanha e depois da campanha eleitoral há de ajudar a toldar alguma perceção de algumas pessoas, mas, de qualquer das formas, os factos vão ser sempre os factos e, portanto, é factual aquilo que eu acabei de dizer em relação à Via Circular urbana, da mesma forma que é factual que este executivo e esta equipa está a gerir os destinos da Póvoa de Lanhoso abraçou o projeto da Via Circular como uma prioridade e, enquanto eu for Presidente de Câmara, o projeto da Via Circular urbana será uma prioridade sempre independentemente das posições da Agência Portuguesa de Ambiente, independentemente das mudanças de ciclo político na governação do nosso país, a nossa disposição e a prioridade que damos esse tema será sempre total e isso é

inabalável, portanto, em relação a esse senhor deputado, esteja ciente que, por parte deste Presidente de Câmara e deste executivo, vamos continuar a trabalhar no processo da Via Circular e se me permite, com respeito e com a amizade que sabe que lhe tenho e a consideração que lhe tenho, acho que lhe ficava bem vir a este púlpito novamente desdizer aquilo que disse na sua intervenção, porque, repito, em quatro anos nada foi concretizado no que diz respeito ao PDM e à Via Circular e eu acabei de demonstrar que em relação à Via Circular, obviamente muito foi feito e muitos passos foram dados e os senhores deputados podem achar a piada que entenderem. Eu gosto que vejam isto com algum sentido de humor, mas o que é facto, é que aquilo que eu acabei de aqui transmitir é indesmentível, é indesmentível.

Em relação à questão que me colocou o deputado Filipe Silva sobre o ponto de situação do processo de PDM em 2021 é muito fácil de explicar, explica-se numa linha, já o disse aqui hoje, estava na estaca zero. O processo de revisão do PDM, estava de facto, na estaca zero e nós tivemos de pegar num processo que estava efetivamente, aliás, ainda bem que as sessões estão gravadas e todos podem consultá-las e podem consultar essa sessão onde estiveram os técnicos, as técnicas da CCDR-N na sessão da Assembleia Municipal no início do mandato em que foram os próprios que o disseram, portanto, aquilo que eu estou a fazer é reproduzir aquilo que na altura nos disseram a todos certo, temos todos memória correto, portanto, foi isso que aconteceu no início do mandato e aquilo que o executivo fez foi obviamente em linha com a responsabilidade, que tem, pegar no processo de PDM e dar o pontapé de saída para que estejamos hoje numa fase em que já recebidos os pareceres, os dois pareceres que faltavam da REN e da Agência Portuguesa de Ambiente, tínhamos já convidado, digamos assim, a CCDR-N a agendar a segunda reunião de trabalho com as entidades, porque a primeira como sabem já ocorreu, a segunda reunião de trabalho com todas as entidades, para que espero eu essa reunião possa ter o resultado consensual e que, a partir desse momento, a bola, passando novamente para o município, possamos agendar a discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal, é nesse ponto que estamos e, portanto, mais uma vez, senhor deputado Pedro Afonso, quando diz que nada foi concretizado em relação ao PDM, o senhor sabe e é factual e isso efetivamente, não é verdade, não é verdade.

A deputada Fátima Alves que nos trouxe aqui uma intervenção muito interessante, muito interessante. Sobre democracia e sobre os atos de democracia, que nós, neste mandato, temos ou não levado a cabo. Olhe senhora deputada, deixe-me dizer, em primeiro lugar, o seguinte, nós recebemos de todos os grupos parlamentares 56 pedidos de informação, 56, do seu grupo parlamentar recebemos 53. Dos 53 que nos enviou, respondemos a 47, o que quer dizer que temos uma percentagem de resposta de 89% e há 6 questões que a senhora deputada colocou, que ainda não tiveram resposta ou porque não foi oportuno ou porque não há resposta às questões que colocou ou porque essas respostas já foram dadas até nesta Assembleia Municipal, porque se há coisa que é verdade e que o senhor deputado Filipe Silva já disse, é que nesta Assembleia Municipal e neste mandato, este

Presidente de Câmara não deixa questões sem resposta, a não ser que não tenha a informação e se não a tiver solicita-a, principalmente, se ela for eminentemente técnica, como é natural. É o primeiro comentário que eu queria aqui deixar.

O segundo comentário relativamente, por exemplo, às questões que colocou e a uma delas em particular, que eu sei que a incomodou e eu vou aqui repetir a intervenção que fiz nesse momento para justificar a razão pela qual, e para as pessoas perceberem a razão pela qual enviou essa solicitação de informação é que a determinado momento deste mandato, eu disse, é verdade que o anterior executivo, a determinado momento, nomeadamente entre o os anos 2009 e 2013, diria que se orgulhou e disse-o na Assembleia Municipal de não ter feito investimento de um cêntimo, repito, entre 2009 e 2013, de um cêntimo na freguesia de Moure, na então freguesia, porque não era União de Freguesias, de Moure e na freguesia da Rendufinho, estava o senhor deputado e o senhor Presidente de junta Gilberto Anjos no seu primeiro mandato e estava o senhor José Alexandre no seu último mandato como Presidente de Junta da Freguesia de Rendufinho. E foi dito nesta Assembleia Municipal e foi dito, inclusive, em relação à freguesia de Rendufinho que nenhum investimento tinha sido feito por opção, porque quem colocou essa questão na altura ao Presidente de Câmara fui eu próprio. Perguntei-lhe se era por falta de meios ou por opção, e na altura o Presidente de Câmara respondeu-me que era por opção, disse-o, já o disse nesta Assembleia Municipal neste mandato e repito, a senhora deputada na sequência desta minha declaração, solicita o investimento em todas as freguesias desde o ano de 2009, solicitou aos serviços, à Câmara Municipal, informação sobre todos os investimentos de todas as freguesias no mandato 2009/2013, 2013/2017, 2017/2021 e 2021 até à data, senhora deputada pode fazer as queixas à CADA que muito bem entender, os serviços da Câmara Municipal têm, de facto, prioridades no dia-a-dia e os serviços da Câmara Municipal não conseguem, efetivamente compilar toda a informação de todas as freguesias de todos esses anos, portanto, pode apresentar as queixas à CADA que entender, pois a Câmara Municipal cá estará para responder à CADA e para explicar a sua posição, e explicar a razão pela qual há determinada informação que é praticamente impossível de compilar, é praticamente impossível compilar, até porque, convenhamos, e vou repetir aqui um número, se este executivo tivesse, de facto, e acho que é evidente para todos, a não ser quem queira olhar de determinada forma para aquilo que foi dito pela senhora deputada que fez aqui uma coreografia política interessante já agora, porque esses movimentos todos e aquilo que foi dizendo não tem correspondência nenhuma com a realidade, eu vou repetir estes números, vou repetir estes números, são interessantes. Se este executivo não quisesse dar resposta às solicitações, não tinha uma taxa de 89% de respostas e não tinha respondido a 47 de 53 solicitações do grupo parlamentar do PSD, portanto, acho que estes números são demasiadamente claros e dizem muito da forma como nós olhamos para o papel que temos e para a informação que achamos que devemos prestar, mas eu quero dar mais dois ou três exemplos sobre esse tema, porque é um tema muito

interessante, mesmo o tema da democracia e do grau de democracia que existe na relação entre os órgãos é um tema interessante, sabe, porque eu fui vereador da oposição durante oito anos, solicitei na Assembleia Municipal que me deixassem usar da palavra, eu diria umas quinze ou vinte vezes, muitos de vocês são testemunhas disso, umas quinze ou vinte vezes, nunca me deixaram, aliás, corrijo deixaram-me usar da palavra uma vez e enquanto me desloquei da mesa, onde estava sentado até ao púlpito, fui avisado três vezes pelo Presidente da Assembleia Municipal, à altura que se eu não usasse a intervenção para me cingir ao tema em questão que me retirava a palavra, falei cinco segundos, essas sessões estão gravadas, julgo eu, penso que ainda estarão, falei cinco segundos, foi-me retirada a palavra.

A única vez que me deixaram falar, deixaram-me falar cinco segundos, portanto, sobre democracia, senhora deputada, esse é o exemplo que a vossa marca deixou no passado, o exemplo que este executivo já deu no atual mandato na primeiríssima Assembleia Municipal e este Presidente de Câmara referiu na primeiríssima Assembleia Municipal é que os senhores vereadores da oposição, quando quisessem usar da palavra, ao longo deste mandato, estavam desde já informados, desde esse momento de antemão informados, que estariam autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal a usar da palavra, quando muito bem entendessem. Nunca usaram da palavra na Assembleia Municipal durante este mandato, porque optaram por não o fazer, se o quiserem fazer hoje reitero o que disse na altura, até porque regimentalmente está previsto que é o Presidente da Câmara Municipal, em primeiro lugar, que decide se dá ou não a palavra a um vereador e só depois remetido para o plenário que chumbou sempre ao longo desses anos, a possibilidade de eu usar da palavra. Os senhores vereador vereadores sabem que podem usar da palavra nesta Assembleia Municipal e nas próximas Assembleias Municipais até final deste mandato. Do ponto de vista comparativo, meus caros, parece-me que estamos falados, mas queria dar-lhe outro exemplo que eu acho que também é importante e tem a ver com a informação é que tradicionalmente ao longo dos anos, ao longo destas décadas, a Assembleia Municipal tinha acesso à informação dos pontos que iam à reunião de câmara e que tinham lugar a debate na Assembleia Municipal e eu tomei a decisão em conjunto com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao longo deste mandato, de remetermos todos os pontos que vão a todas as reuniões de câmara, independentemente de serem discutidos ou não nesta Assembleia Municipal, toda a informação que é debatida na Câmara Municipal, aprovada ou não, é remetida aos grupos parlamentares, precisamente para que tenham toda a informação de tudo o que é discutido em todas as reuniões de Câmara. Sabem quantas vezes isso aconteceu em 50 anos de democracia na Póvoa de Lanhoso? Nunca, e aconteceu neste mandato, portanto, quando estamos a falar de democracia, senhora deputada, é importante que nós saibamos daquilo que estamos a falar e que não vínhamos aqui soltar palavras sem nexos, e que fazem com que, eventualmente, quem assista, quem esteja aqui a assistir, o público, ou quem possa assistir em direto ou posteriormente à Assembleia Municipal,

fique com a sensação que temos um executivo que, hipoteticamente, não presta a informação que devia prestar ou que tem algum tipo de laivo antidemocrático que possa ser posto em causa ou até discutido, muito pelo contrário.

Eu vou terminar só com mais um exemplo, não resisto a este, sobre democracia. Sabe, senhora deputada, eu sou do tempo em que era candidato à Câmara Municipal e quando havia cerimónias públicas, quando havia cerimónias públicas, o vereador da oposição era chegado para um canto. Eu sou do tempo em que as fotografias que seguiam para o jornal Maria da Fonte eram cortadas para que o vereador da oposição não aparecesse no jornal Maria da Fonte.

Eu sei que se as verdades custam muito a ouvir, e já agora preparem-se, porque com o passar do tempo vai custar cada vez mais, porque se há um problema que vocês têm, é terem uma relação difícil com a verdade, alguns de vocês nem todos, mas alguns de vocês têm uma relação difícil com a verdade. E aquilo que eu venho fazer a este púlpito é dizer sempre a verdade em relação ao presente e em relação ao passado. E é disso que se trata, os vereadores do Partido Socialista e eu em particular, fui muitas vezes cortado pelo gabinete de comunicação no material que era enviado para o jornal Maria da Fonte, e isto é verdade, nas cerimónias públicas neste mandato e os vereadores que o digam e que me contrariem, por favor, venham usar da palavra e digam se é verdade ou não aquilo que eu vou dizer a seguir. Eu sou o primeiro a chamar os senhores vereadores, para se aproximarem de nós e para estarem junto a nós nas cerimónias públicas, é verdade. Eu sou o primeiro nas reuniões de câmara a considerar os senhores vereadores, a informar os senhores vereadores, e ter uma relação com eles saudável, que nos permita discutir os assuntos de forma construtiva. É verdade, isso nem sempre foi assim e, portanto, neste novo tempo e neste novo mandato também é preciso protagonistas que deem exemplos de serem diferentes e que não tentemos construir uma realidade virtual que tenta de alguma forma, mascarar aquilo que efetivamente acontece, e aquilo que é a verdade, e tudo aquilo que eu acabei de dizer agora sobre democracia, senhora deputada, é a verdade.

E já agora deixe-me dizer-lhe só mais uma coisa, é que eu vou falando de umas e vou-me lembrando das outras, deixe-me dizer-lhe só mais uma coisa. Aproxima-se um período de campanha eleitoral e a próxima campanha eleitoral e aquilo que o Partido Socialista se habituou a fazer ao longo dos anos é a fazer uma campanha eleitoral honesta, séria, defendendo as suas ideias e com informação fidedigna. E eu queria dar aqui mais dois exemplos daquilo que é minar ou não a confiança das pessoas, daquilo que é ou não antidemocrático, e relembrar que tanto em 2021, como em 2017, foram lançadas duas sondagens que davam enorme vantagem ao Partido Social Democrata. Em 2017, salvo erro, dava-lhe uns 16% de vantagem e depois ganharam por 1% e em 2021, dava uns 14 ou 15% de vantagem ao PSD e depois o resultado foi aquele que nós todos conhecemos. Senhor Presidente, como tenho dito, muitas vezes se puxarem por mim, eu tenho que usar da palavra e responder em ordem com aquilo que me parece ser suficiente para que

as posições de cada um fiquem claras e, portanto, eu prestarei os esclarecimentos usando o tempo que for necessário, mesmo que tenhamos de voltar aqui amanhã, coisa que eu preferia evitar e todos preferíamos, mas se tivermos de voltar aqui amanhã teremos de o fazer. Senhor Presidente, cada um fará com o mandato que tem aquilo que entender.

Portanto, sobre o tema da democracia ou da falta de democracia, penso que estamos mais do que esclarecidos. Eu queria só acrescentar dois aspetos, sobre a estratégia local de habitação falará a vereadora Fátima Moreira. Sobre a BRAVAL, porque, de facto, em relação àquilo que tem sido a história recente da Braval, estamos todos de acordo e não há dúvida nenhuma. Aliás, foi precisamente por essa razão que o executivo municipal solicitou uma reunião à nova administradora da Braval, precisamente para nós podermos conversar sobre os problemas que estão pendentes sobre o alargamento do aterro sanitário, o que vai em contramão com aquilo que aqui disse, porque quando refere e quando pergunta se defendemos ou não o encerramento do aterro, à imagem que pode ter acontecido já noutros pontos do país. Eu quero recordar que a licença inicial da Braval prevê determinados alvéolos, e o último alvéolo está por executar em bom rigor, esse não é o tema, mas eu devolvo a questão. O Partido Social Democrata entende que o aterro deve ser encerrado, responde a esta Assembleia Municipal e tome uma posição sobre essa questão, porque nós herdámos um processo enquanto acionistas da Braval que pressupõe que o último alvéolo seja executado e aquilo que nós discutimos neste mandato não foi a execução ou não do último alvéolo, foi a deslocalização do alvéolo, foi isso que nós discutimos em bom rigor, sejamos, de facto, rigorosos em relação àquilo que está neste momento em cima da mesa, e o que está em cima da mesa é a execução da avaliação de impacto ambiental que permitirá a CCDR-N tomar uma posição sobre a construção do novo alvéolo e que, em condições normais, emitir a licença de construção do novo alvéolo. Portanto, esse é o caminho neste momento legal para a resolução do problema dos odores e os incómodos que têm sido causados e o ar poluído que todos temos sentido, é verdade, é evidente que é verdade e também é evidente que este executivo tem defendido muitas vezes que seja tomada uma posição por parte da Braval, nomeadamente em relação ao plano de contingência que já fizemos e deixamos registado por e-mail, mais do que uma vez, fizemos sentir o conselho de administração da Braval que o plano de contingência que nos apresentaram não é para nós suficiente, temos discutido isso nas reuniões de câmara também porque o plano de contingência que pressupõe pôr em prática as medidas que ajudam a atenuar a atividade da Braval, estarem em linha com aquilo que já estava previsto na lei relativamente à atividade normal da Braval, independentemente da administração defender que a intensidade com que essas medidas possam ser aplicadas seja diferente daquilo que é ordinário, não é, para nós também não é suficiente e, portanto, já o fizemos sentir ao conselho de Administração, já exortamos desde a nossa reunião por e-mail que nos fosse enviada uma resposta e já voltámos a fazer esta semana, portanto,

em relação à verdade, estamos todos de acordo, sendo este o tema, sendo esta a abordagem, se estamos a falar da continuidade ou não da atividade, isso é outro tema, é outro debate que estou disponível para ter também, como é evidente, em linha com as condicionantes que todos herdámos e em linha com aquilo que é a história, o histórico do desenvolvimento do aterro sanitário da Braval.

Em relação à empresa que refere que tem trabalhado no processo da Via Circular, nomeadamente nas zonas inundáveis, o trabalho que nós temos vindo a desenvolver com as várias equipas que têm participado nesse processo é evolutivo ao ponto de lhe poder dizer, por exemplo, que, à data de hoje, a exigência de ser criado um viaduto de seiscentos metros na zona do continente da Póvoa de Lanhoso já foi ultrapassada essa exigência e à data de hoje, a exigência cai para cento e cinquenta metros de viaduto. Isto faz uma diferença enorme do ponto de vista ambiental e faz também já agora uma diferença enorme do ponto de vista orçamental e isso resulta precisamente do trabalho que estas empresas e esta empresa em particular, tem desenvolvido e nos ajudou a defender nas reuniões de trabalho que temos feito e, portanto, sim, é verdade que nós precisamos de ir atualizando o apoio técnico que nos é prestado pelas empresas em função da evolução do trabalho, das várias entidades que têm estado connosco neste processo. E para já, é só, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à vereadora, Fátima Moreira, para continuar a responder.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Responder relativamente à estratégia local de habitação e, muito concretamente aos 38 fogos que estão previstos construir no Bobeiro em Fontarcada, dar-vos a boa nova, porque, de facto, é uma boa notícia para nós todos, que o concurso não ficou deserto, o que tem acontecido em muitas situações por este país fora, que há uma empresa que concorreu e que apresentou um preço cerca de trezentos mil euros abaixo do preço base. Para nós é muito importante, nós estamos a falar da possibilidade de termos aqui na Póvoa de Lanhoso, habitação pública, numa dimensão que não é vista há muitas décadas neste concelho, obviamente que vamos agora debatermo-nos para termos o contrato de financiamento para conseguirmos, obviamente, também como já aqui partilhei convosco na última Assembleia Municipal, a possibilidade de termos um financiamento a 100% e disso decorre apenas e isso está também no caderno de encargos que a obra seja executada até junho de 2026, como bem sabem, de acordo com aquela portaria que já aqui partilhamos na última Assembleia Municipal, é para isso que nos vamos debater. Estive a cerca de dois dias que o senhor Presidente do IHRU e na certeza que vamos ter boas notícias no próximo mês de março, não só relativamente a esta habitação pública, mas também relativamente aos beneficiários diretos, foi isso que

nos disse, foi com essa informação que nos tranquilizam e é com essa expectativa que estamos, sendo certo que aquilo que foi partilhado connosco não pode ainda ser tornado público. E é isto que temos neste momento assim. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O senhor Presidente falou, falou, falou, mas ficou tudo por responder. Vamos então aqui por partes, vamos por partes.

Então o senhor Presidente, diz que de 53 solicitações respondeu a 47 e dá aqui nota da dificuldade dos mapas de investimento de 2009 até esta parte. Fácilmo de resolver senhor Presidente, bastava vermos a ATA que realmente corroborasse a informação que diz.

Agora, relativamente aos outros pontos, que se eu tenho aqui e que de 47 a 53 são seis e eu tenho mais do que isso, portanto, alguma coisa aqui na sua percentagem de cumprimento não estará bem. Pergunto-lhe, a tramitação da Via Circular, o relatório de avaliação da parcela, o relatório de avaliação das áreas abrangidas pela Via Circular e pela zona empresarial, as percentagens de execução do saneamento, o relatório definitivo da auditoria, não está tudo à distância de um clique? Esses documentos são todos digitais. Ou não será oportuno enviar? É só isto que é importante clarificar. Ou é oportuno, ou não é oportuno, porque muitos destes documentos já foram solicitados desde 2023 a esta parte, não estamos a falar, o mapa de investimento das freguesias, não estamos a falar de algo que tenha sido solicitado há quinze dias, há um mês, há dois meses, estamos a falar de documentos que foram solicitados há mais de dois anos, portanto, senhor Presidente, não é desculpa.

No que diz respeito à documentação, volto a concretizar quando é que vai haver a disponibilização desses elementos e se o vai fazer? Porque pode assumir publicamente e politicamente que não o quer fazer.

No que diz respeito ao PDM, senhor Presidente, permita-me discordar da estaca zero, não sei o que é que considera a estaca zero, aliás, há inúmeras informações que foram trocadas até inclusivamente, em reunião de câmara a dar nota do trabalho que estava executado, portanto, alguma coisa aqui não está clarificada. Agora, nós não podemos esquecer que este processo de revisão do PDM começou no tempo do COVID e que houve aqui uma série de restrições, e isto não quer dizer que não tenha havido uma demora demasiada, o que quer dizer é que passaram três anos e para a sua demora não há justificação, é o que isto quer dizer. No que diz respeito ao PDM, o senhor Presidente não refutou, portanto, é real que as áreas urbanizáveis e de urbanização programada estão

efetivamente com suspensão automática, pergunto-lhe? Ou já foi emitida alguma declaração por este município a impedir essa suspensão automática?

Quanto à Via Circular, já me explicou das zonas inundáveis, fico agradada por saber que, folgo em saber que há uma redução no viaduto, quatrocentos e cinquenta metros de viaduto, certamente que terá um impacto agradável, quer em termos ambientais, quer também em termos orçamentais, como referiu e bem. Agora, pergunto-lhe mais uma vez, por todos estes elementos que estão em cima da mesa, quando é que acha que estará efetivamente em condições de nos apresentar o traçado, isto é trazendo à colação o que o senhor Presidente disse, acho que todos nós temos memória que foi celebrado o acordo de gestão, mas também todos nós temos memória do conteúdo desse acordo de gestão e as condicionantes que ele tinha, nomeadamente que colocava na mão do município a necessidade de acautelar ou não a parte do estudo ambiental, portanto, o IP já se tinha acautelado nessa matéria, pelos vistos, o município é que ainda não. Eu volto a perguntar, para quando poderemos conhecer o traçado definitivo?

Nomeadamente à estratégia local de habitação, fico extremamente satisfeita, aliás, acho que ficamos todos, por saber que este concurso público não ficou deserto, esta é uma das grandes dificuldades que temos atualmente, é ficarem desertos e depois não termos como executar a obra.

Nomeadamente à Braval, senhor Presidente, passaram dois anos, dois anos que nos debatemos sobre a necessidade de um estudo de impacto ambiental. Não compreendo, não compreendo, e depois do senhor Presidente ter em suas mãos um relatório técnico dos técnicos do município, a referir esta necessidade, senhor Presidente, nunca vou compreender esta dilação temporal. Se me pergunta, se temos condições de manter as coisas como estão, senhor Presidente, sabe tão bem quanto eu que não. A selagem daquele aterro é algo imprescindível. Nós não podemos continuar a alimentar ali uma lixeira a céu aberto. Acho que o senhor Presidente concorda comigo. Não, diga-me o senhor o que é que debateu no dia 23 de janeiro? A que conclusão chegou dia 23 de janeiro senhor Presidente, ou nem lá foi? Se calhar não foi lá debater o que realmente interessava debater, e obter as respostas que tinha que obter. Olhe que eu tentei lá estar.

Para terminar, só uma perguntinha, há pouco o senhor deputado Miguel Pereira estava muito bem a falar desta questão de se utilizar os mecanismos para promoção própria. Eu pergunto-me se a promoção própria do município, também cabe depois na rede pessoal do futuro candidato. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para esclarecer que a minha intervenção tinha que ver com o período de campanha, senhora deputada, são coisas completamente diferentes, é mesmo através disso que na altura e é contra isto que na altura eu apresentei mesmo uma queixa e que agora a Comissão Nacional de Eleições, apesar de ter sido em 2021, respondeu em 2024 e levou o processo ao Ministério Público, é por atitudes como essas que nós hoje temos de ter a responsabilidade na escolha de quem nos representa, é por atitudes como essa. E foi nesse sentido, senhora deputada, no período de campanha eleitoral que faz toda a diferença, porque uma coisa é quando definimos que há candidatos, outra coisa, é enquanto é Presidente de Câmara, são coisas completamente diferentes.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, senhora deputada, ficou tudo por responder, não é? Ainda bem que estamos aqui todos fica tudo por responder e fica tudo por esclarecer, principalmente quando as pessoas não querem ser esclarecidas. Tudo aquilo que eu aqui disse, tudo aquilo que expliquei, os argumentos que apresentei, os exemplos que dei, não são suficientes para a senhora deputada ficar esclarecida, esclarecido fico eu sobre a sua falta de esclarecimento.

Relativamente às informações que solicitou, tem a minha garantia que assim que elas possam ser processadas e enviadas, como aconteceu com todas as outras que foram enviadas, serão processadas e enviadas pelos serviços. Já agora importa esclarecer aqui uma coisa, quando diz o senhor Presidente não enviou, ou o senhor Presidente não quis enviar, o Presidente da Câmara Municipal não processa a informação que a senhora deputada entende, porque está ungida por não se percebeu ainda muito bem o quê, entende que tem o direito de receber quando quer, à hora que quer, e nos dias que quer, senhora deputada há de receber a informação, há uma coisa que nunca me vai ouvir dizer, como é evidente, eu nunca lhe vou dizer que não vai receber a informação, como é óbvio, não é? Primeiro porque não é essa a nossa prática, e não é assim que eu penso. Segundo, porque já não tenho idade para ser ingénuo, como é evidente, portanto, a senhora deputada, há de receber essa informação assim que ela for possível de ser processada e enviada pelos serviços da Câmara Municipal, os mesmos serviços que serviram a Câmara Municipal durante muitos anos e continuam a servir, e bem, portanto, a não ser que esteja a pôr em causa os serviços.

Quanto à revisão do PDM, vamos fazer aqui todos um exercício, no distrito, quantos concelhos já concretizaram a revisão do seu Plano Diretor Municipal? Nenhum? Pois, pois é disso que se trata, é que tem vindo a ser adiada sistematicamente, desde 31 de dezembro de 2020, a CCDR-N tem vindo todos os anos a adiar mais um ano o processo

de revisão do Plano Diretor Municipal, não do concelho da Póvoa de Lanhoso. Já agora não é só a CCDR-N, são todas as comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional do País, e já agora, por indicação dos sucessivos governos, que foram dilatando os prazos, fosse pelo COVID fosse pela razão que fosse, portanto, se me dissesse o Município da Póvoa de Lanhoso é o único município que não tem o seu Plano Diretor municipal revisto e concretizado, não, não, nenhum tem. Uns podem estar já em processo de discussão pública, outros poderão não estar. Isso está diretamente relacionado com o grau e a profundidade da alteração do documento. Há municípios que têm menos alterações e menos profundas e menos complexas que, naturalmente, podem estar em discussão pública. Ainda bem, nós temos necessidade de aprofundar essa discussão e estamos a fazê-lo nos termos da lei e dentro das nossas competências. Já agora que é isso que nos compete, ninguém está à espera de termos um Plano Diretor Municipal revisto, que não esteja em linha com aquilo que são as necessidades do concelho para os próximos anos. Tem de estar, é bom que esteja, então se é bom que esteja, requer que o trabalho seja bem feito. É isso que estamos a fazer.

Relativamente à Via Circular e relativamente ao traçado, assim que nós tivermos o traçado definitivo, naturalmente, estaremos em condições de o apresentar. Isso está condicionado, naturalmente também pela avaliação de impacto ambiental que terá que ser aprovado pela Agência Portuguesa de Ambiente e, a partir desse momento, a nossa proposta de traçado definitivo tem que ser remetida para as Infraestruturas de Portugal que terá a última palavra em relação a esta matéria. É assim que funciona, não é o município que decide se amanhã tem ou não o traçado definitivo completamente fechado. É um trabalho conjunto que, neste momento, passa em primeiro lugar pela APA, em segundo lugar pelas infraestruturas de Portugal e no final pelo executivo municipal.

Quanto à avaliação de impacto ambiental que refere do Ecoparque da Braval. Nós fizemos atempadamente várias discussões sobre este tema no executivo municipal e juntamente com os senhores deputados da Assembleia Municipal e com o conselho de Administração da Braval que se bem se recordam, à data defendia, o Conselho de Administração da Braval defendia, que a avaliação de impacto ambiental não devia, não tinha necessidade legal, não existia uma obrigatoriedade legal de levar a cabo uma avaliação de impacto ambiental, tendo em conta a lei em vigor, à data. Essa lei, entretanto, basta pesquisarmos a lei, essa lei entretanto foi revogada e foi atualizada, e, portanto, o Conselho de Administração da Braval entendeu em linha com a nova legislação, solicitar a avaliação de impacto ambiental. O município da Póvoa de Lanhoso, é parte do Conselho de Administração, como sempre foi, o município da Póvoa de Lanhoso, não tem a premissa e a possibilidade de decidir se iriam ou não a determinado momento levar a cabo uma avaliação de impacto ambiental, e sabem isso, isso foi discutido nas reuniões de trabalho que nós tivemos, se bem se recordam, certo?

E também se recordarão certamente, já agora, que tanto em relação a esta matéria, como em relação à Via Circular urbana, eu sempre disse enquanto Presidente de Câmara, que, independentemente das questões legais, que defendia que devia existir uma avaliação de impacto ambiental, aliás, no que diz respeito à Via Circular, nós iniciámos esse trabalho de avaliação de impacto ambiental antes de ser solicitado pela APA. Nós fizemo-lo por nossa iniciativa. Agora não confundamos as coisas, uma coisa é o executivo da Póvoa de Lanhoso e o município da Póvoa de Lanhoso, corrijo, o município da Póvoa de Lanhoso, outra coisa é o Conselho de Administração da Braval que tem uma determinada autonomia, que tem uma determinada obrigação legal e que tem o poder de tomar as decisões em cada momento sobre o facto de querer ou não levar a cabo uma avaliação de impacto ambiental, num momento em que a lei não obrigava a que tivesse que o fazer. E em relação a isso, repito, a minha opinião era divergente, mas a lei há dois anos atrás era diferente, da lei que entretanto foi atualizada e a exigência sendo outra, o Conselho de Administração da Braval, tomou uma decisão diferente, portanto, é importante explicar isto desta forma para não parecer que há dois anos atrás, ninguém quis que se fizesse uma avaliação de impacto ambiental, não, em determinado contexto, em função do papel que temos e em função da legislação em vigor à data, essa foi a decisão do Conselho de Administração da Braval, à data de hoje, num contexto diferente, com legislação diferente, a decisão foi diferente, é tão simples como isto. É preciso é querer entender, e para querer entender também é preciso explicar com pormenor para que as pessoas tenham possibilidade de entender aquilo que nós estamos a querer transmitir.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à documentação, realmente espero que os serviços tenham meios para remeter o tão breve quanto possível.

Quanto ao PDM, acho que todos nós temos consciência dos vários concelhos que temos no distrito já em fase muito mais avançada de discussão pública. No entanto, a questão aqui que se põe é mesmo a suspensão automática para que fique toda a gente ciente desta realidade.

No que diz respeito à Via Circular, senhor Presidente, eu falava disto de oficializado e publicamente partilhado, porque no ponto um da ordem do dia vem referido que o espaço-canal está finalizado o espaço-canal definitivo, ou seja, presume-se que não sofreria qualquer tipo de alteração. Agora, se me diz que a APA ainda terá que analisar a avaliação de impacto ambiental, é precoce chamar a isto um traçado definitivo.

No que diz respeito à Braval, todos nós temos consciência dos problemas que ela tem e, portanto, quase que me atrevo a perguntar-lhe quantas vezes é que a Câmara Municipal instou a CCDR-N e as entidades competentes sobre todos e sucessivos incumprimentos que se passam relativamente ao cumprimento das premissas que estão na licença e no título ambiental que se reporta a 2022, porque se nós estamos incomodados, instamos as entidades competentes para intervirem.

Relativamente àquilo que o senhor Presidente falou, e tenho que dar nota positiva a isso, que é o facto da documentação das reuniões de câmara serem partilhadas a todos os grupos parlamentares. E isto é bom que se diga que foi feito, porque temos duas bancadas, nomeadamente o CDS e o Renovar, Inovar por Covelas que não têm vereadores representados e que não teriam um acesso direto à documentação e que fazia todo o sentido que o tivessem atempadamente e, portanto, essa documentação é enviada aos líderes parlamentares e difundida, evidentemente, e por isso e trazendo à colação um assunto que me surgiu aqui uma questão, eu gostaria de colocar ao senhor Presidente, na última reunião de câmara foi a discussão uma parcela que era destinada a uma etar e que já não é necessária, parcela esta que o município pretende vender ao promotor do loteamento, no entanto, é dito que depois o município irá adquiri-la novamente, pode explicar, por favor, o mecanismo, ou seja, da perceção com que fiquei, temos uma parcela de terreno, que tinha uma finalidade. Essa finalidade deixa de fazer sentido e o município pretende passar essa zona para domínio privado, para assim poder vender, alienar ao promotor e que depois o município terá interesse em adquirir o armazém que ali irá ser construído ou que já estará construído. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Parece-me que, as outras questões que colocou, são meramente argumentativas, portanto, não requerem resposta da minha parte.

Relativamente à parcela de terreno que referiu, efetivamente a parcela de terreno é uma das muitas parcelas de terreno que existe, que são supostamente propriedade do município, mas que não tinha nenhum tratamento administrativo, nem de registo nem de coisa nenhuma, portanto, nós precisamos de resolver esse problema em primeiro lugar, de criar as condições com a aprovação em reunião de câmara desta semana, para que a parcela possa ser alienada, precisamente para que depois possa ser licenciado o espaço onde o município tem efetivamente estrategicamente o interesse de poder ter um espaço, um espaço de armazenamento em boas condições coberto, que ofereça condições diferentes daquelas que temos, neste momento, nos espaços que estão à disposição das nossas equipas e que ofereça condições até para podermos acondicionar

alguns bens do município que estão distribuídos um pouco por vários espaços e que permitirá, no fundo, termos um espaço moderno e atualizado, não necessariamente por aquisição, porque essa é uma questão que ainda está em aberto, mas, pelo menos que possamos alugar o espaço, e pagar uma renda que nos permita ter um espaço à altura das necessidades atuais.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD e passou ao Período de Intervenção dos Presidentes de Junta (PIPJ), concedendo a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Monsul.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Monsul, José Manuel Tinoco, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Desde já, quero agradecer ao Dr. Lourenço por disponibilizar aqui o espaço, fundamental e também agradecer a vossa presença aqui em Monsul, não é todos os dias que se faz uma Assembleia Municipal em Monsul, penso eu que esta será a segunda da história que se realizou cá em Monsul. Eu sinto-me privilegiado por no meu último mandato como Presidente de junta ter uma Assembleia Municipal aqui na freguesia, desde já, agradeço ao senhor Presidente da Assembleia por ter acatado o meu pedido, na altura, já há algum tempo e ainda bem que se concretizou este evento.

Aproveito também para agradecer ao senhor Presidente da Câmara, como sabem, a aquisição da carrinha para o transporte das crianças, a ajuda que nos deu e todo o processo que foi um bocado mais complicado por causa de ser a primeira carrinha elétrica e talvez mais caro do que o possível, mas pronto, acho que concretizamos mais um sonho, se calhar, embora fosse obrigatório.

Também já só faltam, eu agora entro mais um bocadinho na britadeira, estão ali alguns já se estão a rir, porque sempre que é uma última coisa que eu faço, como a junta, há sempre um festejo, não é? E faltam então três assembleias para eu terminar o meu mandato, foi um prazer trabalhar este tempo todo com as câmaras, dois executivos, mais este, três executivos, agradeço tudo o que fizeram por Monsul, é verdade eu quando falo em Monsul emociono-me um bocado, mas isto já passa. Se eu servi bem Monsul, eu acho que servi, também, dentro dos possíveis, fiz o meu melhor. E isto é um despedimento mesmo hoje, aproveito por ser na minha freguesia, mas eu ainda vou cá estar mais algum tempo. Portanto, sabem que ao fim duma etapa destes há sempre um lanche, e como está prometido, no intervalo desta sessão vamos ter então o lanche, pronto, é mesmo isso. Agradeço a todos por terem vindo a Monsul e continuação, que sejam felizes.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PIPJ e passou ao período de intervenção das Comissões Permanentes, concedendo a

palavra à Presidente da Comissão Permanente de Ambiente e Proteção Civil, a deputada Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não poderíamos deixar de cumprimentar a Associação Em Diálogo, apesar do que já foi dito, não será demais engrandecer o excelente trabalho que tem desenvolvido até hoje em prol de todos os povoenses. Agradecer também com especial agrado à junta de freguesia de Mossul que permitiu que aqui estivéssemos a todos os monsulenses.

E porque não nos podemos estender mais, a Comissão do Ambiente quer apenas reportar a esta assembleia que nos primeiros dias do ano, os primeiros dias e precisamente a cinco de janeiro, um domingo em que havia muita chuva, chegou ao conhecimento da Comissão do Ambiente que a Ribeira de Riamondes, na freguesia de Lanhoso apresentava uma coloração muito escura com espumas brancas e com um odor nauseabundo e intenso.

Não obstante ser um domingo, foi difundida junto dos membros da Comissão esta situação. A Comissão deslocou-se ao local e de seguida, e porque no dia seguinte, dia seis de janeiro, se mantinha a situação foi precisamente comunicada às autoridades competentes formalmente, uma vez que já tinha sido tentado o contacto telefónico no dia de domingo.

No dia dez de janeiro, a situação repetiu-se e a ribeira voltou a apresentar-se com esta coloração escura com estas espumas e com este cheiro. Na presente data a Comissão do Ambiente não obteve resposta das autoridades. Pergunta-se uma vez que as comunicações também seguiram à Assembleia Municipal ao excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e ao excelentíssimo senhor vereador do Ambiente, perguntamos se, designadamente, o senhor vereador do Ambiente que cá não está, mas penso que alguém poderá responder-nos, do executivo, se têm alguma informação que nos possam comunicar. Muito obrigada a todos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, o deputado Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu utilizo este período para fazer então o resumo, apresentar aqui o relatório da atividade da Comissão a que presido, no ano de 2024.

Em súmula, a Comissão Permanente do Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, diligenciou todas as ações necessárias de consulta e contacto com o executivo municipal, serviços técnicos da Câmara Municipal,

juntas de freguesia e demais entidades e instituições concelhias, por forma a emitir no decorrer do ano de 2024, sete pareceres nos quais constam as seguintes 32 referências, cinco referências respeitantes a atribuição de lugares de estacionamento para pessoas portadoras de deficiência na freguesia da Póvoa de Lanhoso e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; onze referências respeitantes a alterações de circulação de trânsito nas freguesias de Garfe, Póvoa de Lanhoso, Taíde, União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, e União de Freguesias de Campos e Louredo. Uma delas inconclusiva porque quando foi submetida à Comissão já estava executada, portanto, não emitimos parecer daquilo que já estava executado.

Três referências respeitantes a atribuição de lugares de estacionamento privativo nas freguesias de Garfe e Póvoa de Lanhoso; dez referências respeitantes a alterações e atribuições de novos topónimos nas freguesias de Monsul, Serzedelo, Galegos, Póvoa de Lanhoso, Ferreiros, União de Freguesias de Calvos e Frades, União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Águas Santas e Moure; duas referências respeitantes a alterações e criações de novas paragens de autocarro nas freguesias de Monsul, Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, e União de Freguesias de Águas Santas e Moure; e, por fim, uma referência respeitante a um estudo elaborado relativo ao estacionamento sito no lugar da Portela, da freguesia da Póvoa de Lanhoso, que também foi inconclusivo o parecer uma vez que quando foi submetido já estava executado.

Fazendo o total de 32 referências, fica assim a Assembleia Municipal, a par do relatório de atividade desta Comissão que será agora entregue aqui à mesa e posteriormente também faremos chegar à mesa via e-mail, todos os pareceres emitidos por esta Comissão. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao secretário da Comissão Permanente de Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social, o deputado Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao relatório de atividades da Comissão Permanente de Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social desta Assembleia, cumpre informar que, durante o ano passado, demos continuidade aos trabalhos que foram aqui explanados nesta Assembleia, nomeadamente na auscultação das associações e dos clubes desportivos. Não conseguimos ter aqui uma auscultação total de todas as associações, mas estamos a trabalhar para que se concretize para depois também existe aqui uma remessa de informações e recomendações à Câmara Municipal.

Não obstante informo, que também iremos iniciar uma auscultação às associações de carácter social e às IPSS's do concelho também para depois, fazermos aqui uma remessa de informações e recomendações ao executivo.

Também depois irei remeter o relatório à mesa da Assembleia por e-mail. Por uma questão de assinaturas, não foi possível tê-lo aqui em formato físico, é o que me cumpre informar de momento. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o período de intervenção das comissões, informou que não existiam pedidos de intervenção do público e colocou à consideração do plenário um intervalo de 15 minutos.

Após o intervalo, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, retomou os trabalhos dando início ao Período da Ordem do Dia. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Trago então ao vosso conhecimento, a informação síntese de toda a atividade desenvolvida de pouco mais de dois meses, desde a última Assembleia Municipal de 17 de dezembro.

Ao nível da educação, serviços sociais e saúde. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso deu continuidade à implementação de diversas iniciativas para promover a educação, inclusão social e o bem-estar na comunidade escolar, nomeadamente o regime escolar que assegura a distribuição de leite e de fruta para incentivar hábitos alimentares saudáveis. O programa viver mais que visa apoiar a inserção laboral, desempregados e o NaturaLanhoso, no âmbito do incentivo à natalidade, concluímos o processo das bolsas de estudo que serão entregues amanhã, dia um de março a oitenta e um estudantes do ensino secundário e a cento e quarenta e oito do ensino superior. Estas assumem-se como um investimento na promoção da igualdade de oportunidades no ensino.

A newsletter da Educação continua a divulgar junto dos encarregados de educação o trabalho desenvolvido por toda a comunidade escolar. No dia vinte e quatro de Janeiro, assinalámos o Dia Internacional da Educação, com o podcast "Para que serve a escola, afinal?", onde um grupo de jovens partilhou a sua visão e expectativas face ao tema. Foi também promovida uma ação de sensibilização dirigida aos pais, encarregados de educação, que abordou a saúde mental infantil no passado dia vinte de fevereiro. Neste período, destacamos as ações do programa "PovoARTE educa" que procura incentivar as expressões artísticas nas escolas com impacto positivo no sucesso escolar. Estão já a decorrer as atividades música à solta no pré-escolar, os laboratórios de expressões artísticas e as residências artísticas dirigidas aos segundos e terceiros ciclos e os laboratórios de cinema e artes visuais, Arte Screens Teens, dirigido ao secundário. A autarquia está empenhada na renovação do selo cidades amigas das crianças, tendo

apresentado o diagnóstico e plano de ação que foi já validado pela UNICEF. A autarquia continua a participar de forma ativa na rede das cidades educadoras. A manutenção dos estabelecimentos de ensino continua a ser uma prioridade com a realização de várias reparações. O trabalho realizado pela nossa nutricionista começa a ter o seu impacto positivo. Esta tem acompanhado de perto os refeitórios, garantindo a melhoria dos processo no sentido de ser assegurada a qualidade alimentar, iniciativas como a ementa única e a doação de frutas excedentes reforçam o compromisso com a nutrição infantil. Foi promovida a capacitação de técnicos das escolas e técnicos municipais no programa Hora do Ser, pela APAV, que visa trabalhar competências socioemocionais e de autorregulação. Este programa será implementado nas nossas escolas.

O Laboratório de Inovação e Criatividade do Agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio foi renovado numa iniciativa do Rotary Clube da Póvoa de Lanhoso, à qual o município se associou incentivando novas abordagens pedagógicas. Eventos culturais como a mostra artística infantojuvenil e visitas escolares no Natal, continuam a fortalecer a ligação entre a escola e a comunidade.

O Conselho Municipal de Educação reuniu no passado dia 19 e fez um balanço positivo do decurso do ano letivo. Foi também o momento para alinhar estratégias e partilhar projetos.

Ao nível dos serviços sociais, seniores e famílias. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso tem desenvolvido diversas iniciativas no âmbito dos serviços sociais, com enfoque na inclusão, apoio às famílias, sénior e bem-estar comunitário.

No Núcleo Local de Inserção, o serviço de atendimento e acompanhamento social, o SAAS, realizou atendimentos, visitas domiciliárias e acompanhamentos para a Inserção social. Foram promovidas ações como sessões de autoestima e inteligência emocional, além das campanhas solidárias através da ECO Loja Social, foram analisados vários processos de apoio social, incluindo arrendamento tarifário social e apoio ao medicamento.

Da programação de Natal destacamos a iniciativa Natal Solidário, onde, para além de outras iniciativas, foram envolvidas famílias migrantes que nos permitiram provar doces típicos dos seus países de origem.

Para os seniores, a autarquia expandiu e requalificou os centros de convívio, agora em número de quinze, beneficiando cerca de quatrocentos e vinte utentes. Foram organizadas atividades como a estimulação cognitiva, ginástica geriátrica, jogos, danças e eventos festivos como o almoço sénior e a tarde sénior, inserida no programa de Natal na Praça. Além disso, foram promovidas ações de Proteção e apoio aos idosos, incluindo reuniões com senhor Provedor do Idoso.

No apoio às famílias, o gabinete de apoio à parentalidade realizou o programa mais família, mais criança, concessões para a promoção de uma parentalidade positiva. A iniciativa visa fortalecer relações familiares e contribuir para o desenvolvimento saudável das nossas crianças e jovens.

Na saúde foi concluída a reestruturação de um espaço no centro de Saúde para a criação do gabinete de Saúde Oral e estamos a desenvolver um trabalho de grande proximidade e colaboração com a nova equipa de saúde mental. A autarquia também se associou à Liga portuguesa contra o cancro e participou em reuniões da rede portuguesa dos Municípios Saudáveis. Ao nível do serviço municipal de saúde deu-se continuidade às sessões de acompanhamento psicológico que resultaram em cento e quarenta e três consultas realizadas.

No âmbito da igualdade e da inclusão. Foi inaugurado no dia trinta de Janeiro, o gabinete do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes CLAIM numa cerimónia que contou com a presença do senhor secretário de Estado adjunto da Presidência, o Dr. Rui Armindo Freitas. Este novo serviço tem especial importância na regularização, apoio e inclusão de cidadãos estrangeiros. É a concretização de um objetivo ambicionado há muito e que vai de encontro a uma das propostas da Assembleia Municipal jovem. O serviço Municipal para a Igualdade de Género e Oportunidades, o SIGO, realizou atendimento a vítimas de violência doméstica e promoveu ações de sensibilização sobre direitos humanos, interculturalidade e violência contra as mulheres.

Ao nível da habitação na habitação, o Balcão de Habitação energia em parceria com a Deco iniciou funções, numa primeira fase foram capacitados os técnicos da autarquia e já está em funcionamento o apoio gratuito mensal aos munícipes.

Ao nível do cumprimento da estratégia local de habitação estão em fase de adjudicação diferentes processos de obras no âmbito do programa primeiro direito, nomeadamente a reabilitação dos bairros de Garfe e Oliveira, e a construção de 38 novos fogos no Bobeiro, em Fontarcada. Os processos de beneficiários diretos também tiveram um desenvolvimento significativo, tendo o município assumido a sua gestão, assentando o repto lançado pelo IHRU. Temos informação que, durante o mês de Março, o IHRU apresentará a lista definitiva e a estratégia de financiamento de todas as situações.

A nível da juventude e desporto. Na Juventude, o Programa Juventude em movimento integrou os jovens em diversas áreas do município e foram organizadas ações com uma sessão de esclarecimento sobre o IRS jovem e reuniões para fortalecer o Conselho Municipal da Juventude iniciou-se também, a construção de um programa de capacitação juvenil. No desporto, o município foi novamente distinguido com um galardão Município Amigo do Desporto. Foram promovidas atividades como Walking Football e Padel. Além de eventos como a festa de Natal nas piscinas municipais e o Open Maria da Fonte de Jiu-Jitsu que contou com cerca de trezentos participantes.

Ao nível da coesão territorial. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso tem realizado diversas intervenções nas freguesias, incluindo requalificações de ruas e pavimentações. Neste período foram concluídas as intervenções das ruas dos Perseguidos e Torrinheira em Travassos; das ruas do Espírito Santo e do Feijó em São João de Rei; da Rua do Padrão em Monsul e da Rua e Beco da Sanseriga em Rendufinho. Em curso encontram-se obras nas freguesias de Garfe, Galegos, Póvoa de Lanhoso e Geraz do Minho e nas

União de Freguesias de Campos e Louredo, Águas Santas e Moure, Verim, Friande e Ajude. Além das intervenções e renovação de diferentes espaços públicos, foram inauguradas as intervenções realizadas no adro da capela de São Sebastião, em Serzedelo e no Parque Infantil de São Brás, na Póvoa de Lanhoso. Estão a ser desenvolvidas de forma continuada as intervenções que visam o alargamento da rede de saneamento e rede de ramais de abastecimento de água. Estas decorrem na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; Campos e Louredo; Calvos e Frades e nas freguesias de Garfe, Monsul e Póvoa de Lanhoso. Na área do ambiente, foi reforçada a recolha de biorresíduos contando já com 1872 adesões e informada a população sobre alterações na recolha de lixo.

A esterilização dos animais de companhia permitiu o controlo populacional de cerca de trezentos cães e gatos, o centro de interpretação do Carvalho de Calvos dinamizou 20 atividades que com cerca de trezentas participantes.

Ao nível da mobilidade, foram implementadas medidas de redução tarifárias para transportes públicos, incluindo os passes seniores a cinco euros e um desconto de 70% dos passes normais. A segurança rodoviária foi reforçada com mais sinalização, iluminação em passadeiras e lombas redutoras de velocidade. Estas ações refletem o compromisso do município com a melhoria das infraestruturas, sustentabilidade e qualidade de vida da população. A terceira semana Municipal da Proteção Civil termina hoje, 28 de fevereiro, com iniciativas focadas na prevenção de riscos para toda a comunidade. O Município da Póvoa de Lanhoso tem destacado positivamente no contexto regional, pela dinâmica nesta área de intervenção, com o envolvimento de diferentes parceiros de onde se destacam os Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso. Em janeiro foi renovado o protocolo para o funcionamento das equipas de intervenção Permanente em parceria com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e os Bombeiros voluntários. A autarquia também partilhou informação relevante nas redes sociais.

Ao nível de desenvolvimento económico e ordenamento. A segunda revisão do Plano diretor municipal continua em desenvolvimento num processo em que a Câmara Municipal tem analisado as propostas da CCDR-N e tratado questões ambientais e infraestruturais. O projeto da Via Circular avança com traçado definitivo concluído e a avaliação de impacto ambiental em fase de conclusão.

Na área do emprego e empresas. A terceira edição do Mercado de oportunidades reuniu catorze entidades para fomentar o empreendedorismo e empregabilidade. A autarquia também acolheu o Roadshow para a digitalização do norte, incentivando empresas a adotarem soluções digitais. O gabinete de apoio à empregabilidade registou 35 encaminhamentos e fez 8 novas colocações. Foram promovidas formações para comerciantes no âmbito dos bairros comerciais digitais, eventos como o mercado PVL e a feira de antiguidades e velharias, que reforçam a dinamização económica local.

Ao nível da atratividade do concelho, a Póvoa de Lanhoso, assinou um protocolo para as comemorações do Bicentenário do Camilo Castelo Branco, reforçando a sua ligação à obra do escritor. No âmbito do projeto que envolve doze municípios do norte do país, o caminho português de Santiago de Leon de Rosmithal, realizaram-se várias reuniões para avançar com o processo de sinalização. O cinema voltou ao Theatro Club com diferentes propostas para as crianças e também para o público adulto. No âmbito das atividades ligadas à leitura e à casa do livro destaca-se o lançamento da BiblioLED Ave para acesso a livros digitais, as leituras encenadas e a distribuição gratuita de livros, numa iniciativa denominada leva-me inserida no programa Natal na praça. As comemorações dos 120 do Theatro Club continuam a concretizar o seu programa, deste destacamos a realização do Fórum Permanente de Teatro que conta com mais de uma centena de participantes e a vigésima edição do Conte Ruy de Carvalho, que ainda está a decorrer e que tem a sessão de encerramento marcada para o próximo dia 8 de Março. A galeria continua a ser parte do palco de exposições. Neste momento, está a decorrer a exposição com vinte cartazes das edições do Conte e, além disto, continuamos a fazer a exposição itinerante da Emigração do Estado Novo. No turismo, destacam-se a celebrações de Natal como o Natal na Praça, Garfe Aldeia dos presépios e a feira de Natal do Baixo concelho, bem como a campanha de incentivo ao comércio local. Este ano foi apresentada a pista de gelo natural que mereceu interesse especial na época natalícia. Foram também realizados vários eventos musicais e culturais. Como o festival de sons, o encontro de Reis, o concerto de Ano Novo, entre outros. Estas iniciativas reforçam compromisso da autarquia com a cultura, o turismo, e a dinamização económica do concelho.

Ao nível da transição digital e da modernização administrativa, a plataforma de serviços online do município permite a submissão de 71 tipos de requerimentos e conta já com 1.081 utilizadores registados. No período em análise, foram recebidos 1041 processos. A autarquia incentivou ainda a adesão à fatura eletrónica e o débito direto para os serviços municipais. No âmbito dos recursos humanos. O município avançou com a certificação da norma NP4590:2023 bem-estar e felicidade nas organizações, promovendo medidas de conciliação entre a vida pessoal e profissional, também realizou uma formação de manobreadores plataformas elevatórias para colaboradores de diferentes serviços.

Como notas finais, entre os eventos assinalados, destacámos a homenagem ao centenário do Eng.º Armando Rodrigues, a distinção do espaço utopia da Plako nos prémios ARIA, as atividades no âmbito do centenário Sport Clube Maria da Fonte, a tradição do cantar dos Reis através de diferentes instituições do concelho e dos centros de convívio, e o apoio ao transporte gratuito aos jovens para o dia da Defesa Nacional.

Em termos de informação financeira, a execução da receita apresenta seis vírgula 6,7% do orçamento no montante de 2.393.781€, valores a receber, temos num total, 1.522.348€ entre participações comunitárias e outras receitas. A execução da

despesa está com 5,1% do orçamento, com despesa paga no valor de 1.814.571€. A dívida total, neste momento, é de 9.671.424€. Não há pagamentos em atraso.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à atividade do município gostaria antes de mais, dar uma breve nota para transmitir que o CDS-PP se encontra inteirado do teor do documento, deixando uma nota de especial apreço à realização da terceira semana da Proteção Civil, temática para a qual temos vindo a sensibilizar os executivos para a sua importância. Porque o tempo não permite pormenorizar as questões a nível técnico, nem será seguramente este o local mais indicado para o efeito. Permitam-me que coloque apenas algumas questões de alerta relativamente ao tema da colocação de lombas redutoras de velocidade em diversas artérias da vila.

Em primeiro lugar, questionamos a sua proximidade às passadeiras que, no nosso entender, diminui a segurança dos peões. O mesmo entendimento tem para estes casos a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, que diz na alínea i) do ponto 4, ponto 1.4 da sua nota técnica, intitulada Instalação e sinalização de lombas redutoras de velocidade que não é admissível a instalação de uma LRV em local que se verifique qualquer das seguintes condições e passo a citar a alínea i) a uma distância inferior a trinta metros ou superior a cento e cinquenta metros de uma passagem de peões. Provavelmente, porque se torna, em primeiro lugar, num fator de distração para o condutor que deveria ter a sua atenção centrada na própria passagem para peões e também porque, em caso de travagem brusca, as condições de aderência e estabilidade dos veículos saem prejudicadas, pondo em risco a travagem atempada.

Por outro lado, a norma refere na alínea b) do mesmo ponto, não ser admissível a instalação de lombas em trecho de via considerado estratégico pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, INEM ou Administração Regional de Saúde. Levantando-se aqui a questão se as referidas entidades foram efetivamente consultadas e qual foi a sua pronúncia.

Outro aspeto importante, neste caso, é o da mesma norma referir na alínea c) ainda no mesmo ponto, não ser admissível a instalação de lombas sem que a entidade gestora da via consulte previamente a entidade incumbida da fiscalização do Código da Estrada na via em questão, bem como eventuais operadores de serviços regulares de transporte coletivo de passageiros que utilizem essa dita via, neste caso, a pronúncia da Guarda Nacional Republicana e da Ave Mobilidade, mas isto admitindo que a Câmara Municipal, é a entidade gestora da via, o que, de acordo com o cadastro da rede rodoviária disponível no sítio da Internet da Infraestruturas de Portugal, não acontece em todos ou

em alguns locais onde foram instaladas as referidas lombas, como, por exemplo, no caso da Avenida 25 de Abril classificada na Infraestruturas de Portugal como estrada regional ER 310 Póvoa de Lanhoso - Ronfe sendo que a questão que se levanta e que gostaríamos de ver esclarecida é se efetivamente o município, é a entidade gestora desta via ou se a mesma é tutelada pela IP.

Para terminar, senhor Presidente, gostaria ainda de questionar o executivo sobre dois pontos adicionais, estes sim, seguramente da sua tutela. O primeiro é se não teria sido mais profícuo como instalaram, e bem, a sinalética vertical luminosa avisadora da passagem para peões, e, ao mesmo tempo, proceder à repintura das passadeiras e concluir o trabalho em cada uma das passadeiras de uma só vez? O segundo diz respeito, concretamente, é outro alerta, a passadeira instalada junto à estrada da piscina municipal descoberta localizada na Rua 25 de Novembro que, como todos sabemos, se encontra no local com péssima iluminação pública, sobretudo junto à vedação da piscina e que aqui sim, julgo eu, a tutela da via é da Câmara Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o deputado Miguel Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Na análise da atividade municipal, importa destacar três áreas essenciais para a qualidade de vida dos nossos munícipes, educação e serviços sociais, saúde e habitação. Na educação, o executivo tem reforçado o apoio às famílias e às escolas com medidas concretas como oferta dos cadernos de fichas para alunos do primeiro ciclo, a atribuição de bolsas de estudo a mais duzentos estudantes do ensino superior, e a manutenção de programas como o regime escolar, garantindo leite e fruta às crianças. Além disso, foram promovidas ações para a saúde mental a parentalidade positiva, reforçando o compromisso de que ninguém deve ficar para trás no acesso à educação.

Nos serviços sociais e de saúde o município tem dado respostas a quem mais precisa, o trabalho do núcleo local de inserção tem sido fundamental no acompanhamento de famílias com visitas domiciliárias e apoio direito. No apoio à população sénior foi alargada a rede de centros de convívio com novas inaugurações e atividades para combater o isolamento.

Já na saúde está destacamos a conclusão da reestruturação para o futuro gabinete de saúde oral e o acompanhamento psicológico, que registou 143 consultas neste período.

Na habitação avançou o programa primeiro direito com a reabilitação e construção de habitações em diversas freguesias, garantindo uma resposta concreta ao direito à habitação. Paralelamente, foi criado o Balcão de Habitação e Energia em parceria com a Deco para apoiar os munícipes em questões habitacionais e de eficiência energética.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, com estes dados demonstrámos que o executivo municipal tem vindo a executar o seu programa eleitoral sufragado pelos povoenses nas últimas eleições autárquicas. As medidas implementadas refletem um trabalho sério, focado na coesão social e na melhoria das condições de vida no concelho. Continuaremos atentos e garantindo este caminho que se traduz em mais progresso e mais bem-estar para todos.

Senhor Presidente, nesta fase, do seu mandato em que se encontra, que balanço faz do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido? Como é que avalia o estado atual da Póvoa de Lanhoso, sente que as políticas que implementou têm correspondido às necessidades da população? Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Um cumprimento especial à associação Em Diálogo por tornar possível esta Assembleia Municipal e não só, cumprimento também a Associação Em Diálogo e felicito-a por todo o trabalho que tem desenvolvido pela comunidade ao longo destes bons 26 anos da sua existência.

Sobre este ponto, a atividade do município, o PSD encontra-se totalmente inteirado sobre a atividade, valoriza todas as atividades realizadas, porém, tenho algumas considerações a fazer. E a primeira sobre as Festas de S. José aqui uma nota que vou deixar ao executivo municipal que tem que ver com a preparação do cortejo histórico e/ou etnográfico, que consideramos que é muito tardia. Uma reunião com a Junta de freguesia, a primeira reunião a existir a cerca de um mês pouco mais, considerámos ser pouco para um evento que é uma marca das festas de S. José, o PSD entende que isto tem que ser preparado que mais tempo. Não sei se no passado era com mais ou menos, mas nós entendemos que este evento deve ser preparado com mais tempo, porque é uma marca das festas de S. José e consideramos que a primeira reunião deve ser realizada em novembro ou dezembro para as juntas de freguesia prepararem atempadamente o cortejo.

Sobre questões aqui de trânsito, eu hoje vou focar aqui muito a minha intervenção em questões de trânsito, e sobre o reforço das medidas de prevenção que foi aqui apresentado, da questão das lombas e também evidenciado pelo Pedro Afonso, a questão das lombas e a questão da sinalética colocada corroborar tudo aquilo que o Pedro Afonso disse na sua intervenção, e estranhar o facto de este assunto não ter sido submetido à Comissão de Trânsito da Assembleia Municipal. Os assuntos têm vindo regularmente à Comissão de Trânsito e este não veio, e todas as questões levantadas pelo Pedro Afonso podiam ter sido mitigadas, se este assunto tivesse sido trazido à

Comissão de Trânsito, portanto, estranho aqui o porquê de este assunto não ter sido trazido à Comissão de Trânsito.

Falo aqui de outro assunto que, junto aos prédios novos da zona envolvente às piscinas municipais descobertas, existem dois lugares de estacionamento cedido a frações, e este é outro assunto que não foi submetido à Comissão de Trânsito, o que não é normal, porque todas estas cedências. Neste caso, nem é uma cedência, é uma apropriação daqueles dois lugares, costumam vir à Comissão de Trânsito, porque é que desta vez não veio?

E eu agora faço aqui um parêntese também relativamente à Comissão de Trânsito, porque esses assuntos não vêm e há outros assuntos que efetivamente não vêm, mas o executivo municipal escusa-se da Comissão de Trânsito para a falta de resolução dos assuntos. Eu fico espantado quando povoenses me ligam a questionar porque é que a Comissão de Trânsito emitiu parecer negativo sobre determinado assunto, e eu vou constatar e depois mostrei isso ao município que me ligou, que sobre aquele assunto, não tinha sido submetido à Comissão de Trânsito.

E, portanto, estranho aqui haver esta atitude por parte do executivo municipal, e todos nós sabemos que os pareceres da Comissão de Trânsito não são vinculativos são apenas consultivos, portanto, dizerem que sobre determinado assunto, um requerimento de um município não foi resolvido por falta de capacidade de resolução ou por falta de coragem para dizerem sim ou não, escudarem-se na Comissão de Trânsito para dizerem esse assunto não vai ser resolvido porque a Comissão de Trânsito deu um parecer negativo, isto aconteceu e só espero que não volte a acontecer. E aconteceu neste período entre a última assembleia e esta.

Mais questões de trânsito, sobre a atribuição de lugares de cargas e descargas, não desconsiderando a clara necessidade de lugares para cargas e descargas, que são tão necessárias para os lojistas. Entendemos ser importante vir a ser considerada numa futura revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação como uma necessidade cedências de lugares para esta finalidade, de modo a não afetar o número de estacionamentos propriamente ditos à disposição de todos os municípios.

Sobre a atribuição de lugares privativos, recomendamos a revisão da taxa de ocupação permanente de lugares de estacionamento privativo. Para além da crescente utilização, constata-se que o custo diário para esta utilização é consideravelmente baixo com garantia de lugar a qualquer hora, havendo a possibilidade do lugar ficar vazio todo o dia. Alertámos novamente para a necessidade urgente de substituição de sinais de trânsito totalmente desgastados. Isso é verificado um pouco por todo o concelho. Alertámos também a necessidade de colocação de novos sinais de trânsito, e aqui dou um exemplo muito prático que se passou com a Junta de freguesia da União de Freguesias de Esperança e Brunhais que em agosto de 2023, a Câmara Municipal solicitou um levantamento dos sinais de stop que estavam em falta na freguesia, a Junta de Freguesia fez esse levantamento e até hoje, desde agosto de 2023, os sinais de

trânsito não foram colocados, eu questiono o porquê. Já passou mais de um ano e meio do levantamento feito pela Junta de freguesia.

Alertámos e até questionámos o porquê de na Avenida 25 de Abril, os lugares de estacionamento não serem marcados, ou pelo menos pensarem nessa solução, ajudando assim a rentabilizar os lugares disponíveis e correção de estacionamento mal acentuados. Esta sugestão já foi dada aqui na Assembleia Municipal e também já foi dada no âmbito da Comissão Permanente de Trânsito da Assembleia Municipal.

Alertámos novamente para a necessidade de se rever ou pensar o modelo de circulação de trânsito na zona por trás do centro comercial da Calva, entendendo que poderia ser criada uma circulação única de entrada pela rua junto ao edifício e saída pela outra rua do outro lado da margem do rio, sugestão esta que também já foi deixada aqui nesta Assembleia Municipal e também na Comissão de Trânsito e pelos vistos, não é considerada ou pelo menos, se é considerada, agradecemos esclarecimentos.

Existem muitas outras problemáticas relativamente a trânsito. Assim sendo, deixamos a devida recomendação de urgência para que o executivo municipal da Póvoa de Lanhoso proceda a seu tempo, a uma análise mais cuidada de toda a situação de trânsito da Vila vertida preferencialmente em regulamentação adequada e adaptada à realidade das dinâmicas de mobilidade e demais problemáticas já identificadas. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Estávamos todos um bocadinho expectantes de falar de lombas, e, portanto, eu vou pedir desculpa por às tantas não corresponder às respostas todas, atendendo até que o Dr. Paulo que é o vereador de trânsito não está presente por motivos pessoais, e, portanto, vou tentar responder da melhor forma possível.

E começava pelo deputado Pedro Afonso, agradecendo desde já as palavras elogiosas para a terceira semana da Proteção Civil que acho que é de facto um marco que está cada vez mais a solidificar-se na Póvoa de Lanhoso. Sobre lombas, passadeiras e etc. eu gostava de explicar que este é um projeto que foi feito por técnicos, não foi feito por nenhum dos elementos do executivo, e foi apresentado ao IP e aprovado pelo IP, portanto, a responsabilidade da execução, digamos, é de profissionais da área que estudando as dinâmicas da Vila, decidiram colocar exatamente naqueles locais aquelas lombas ou aqueles redutores de velocidade. Há também, como toda a gente deu conta, a sinalética vertical que melhorou bastante a visibilidade dessas mesmas passadeiras. E sobre isto também, porque o senhor deputado fala as lombas redutoras deveriam ser colocadas, pelo que me percebi, no mínimo, a trinta metros de distância. Eu confesso que não sei, mas deixe-me dizer-lhe que no anterior executivo foram feitas mais de 25

lombas redutoras de velocidade em todo o centro urbano da Vila, todas elas com as passadeiras por cima, portanto, não houve quinze ou vinte ou trinta metros todas têm lombas, todas têm uma passadeira por cima. O senhor deputado disse que elas deviam ser, no mínimo, trinta metros, pode ser também em cima.

Depois houve também a preocupação que o senhor deputado falou, da dimensão que elas têm que podem afetar os carros que têm prioridade, nomeadamente, o caso dos carros dos bombeiros, ambulâncias, etc. Se repararmos todos com alguma atenção, todas aquelas almofadas redutoras, que é o nome técnico, têm dimensões suficientes para que exatamente os carros de bombeiros, nomeadamente as ambulâncias, os carros mais pesados até passem sem nenhum tipo de redução de velocidade, sendo que isso também não acontece nas outras lombas que essas sim, foram feitas de forma a que bloqueiam o acesso, tanto é assim que toda a gente já reparou, eu reparei e tenho esse conhecimento, que os bombeiros não circulam com veículos pelo centro da Vila, precisamente para evitarem, e viravam sempre para a 25 de Abril, precisamente para evitarem as lombas, percorrendo até um percurso maior, como todos nós sabemos, mas é uma ordem que foi uma ordem técnica que foi dada aos operacionais e, portanto, sempre que chegam à rotunda da Maria da Fonte, eles viram sempre à direita, continuam a fazê-lo e nessas mesmas lombas passam sem nenhum problema, precisamente porque tecnicamente é aquela a solução, não é outro e mais uma vez, não fomos nós que a fizemos nem que a definimos.

Depois também dizer-lhe que, por lapso seu e vai-se lembrar, de certeza, a rotunda das Piscinas, vulgarmente chamada a Rotunda do Chafariz, aquela rotunda que tem os símbolos dos setecentos anos do foral, aquela rotunda foi intervencionada a última vez precisamente pela IP, portanto, aquela é uma estrada nacional, é a estrada nacional que vem da Serra do Carvalho, ou melhor essa é a 103 que desce da rotunda do ouro até às bombas de gasolina e depois vai pela parte traseira de S. Pedro e vai desaguar exatamente a essa zona, tudo isso é uma estrada nacional, não é da responsabilidade da Câmara Municipal, e como também já é de conhecimento geral, essa estrada vai ser intervencionada, muito brevemente e, portanto, qual é a lógica de estar a pintar passadeiras em estradas, primeiro mais uma vez do IP, que daqui a duas ou três semanas vai começar uma intervenção e que, naturalmente, da responsabilidade do IP irão fazer as intervenções que julgarem necessárias, e aí sim, são proibidas as lombas e as almofadas redutoras.

O senhor deputado Luís Carvalho, o que corroborou da parte do depoimento do deputado Pedro Afonso, eu penso que já respondi que é exatamente a mesma coisa, já agora dar uma nota também a todos que é importante, há de facto excesso de velocidade nas nossas estradas, todos nós já demos conta e, portanto, a pergunta é se é importante fazer alguma coisa ou não e é importante saber se, de facto, aquilo que se fez cumpre ou não o objetivo para que elas foram ali colocadas. Eu penso que toda a gente já reparou, cumpre perfeitamente, diminuiu-se muito a velocidade da Avenida da

República, diminuiu-se muito a velocidade da 25 de Abril, e com isso ganham todos os peões e ganham todos os munícipes da Póvoa de Lanhoso. Sobre os telefonemas dos munícipes, eu confesso-lhe, senhor deputado, eles são da responsabilidade de cada munícipe, portanto, cada munícipe tem direito a telefonar-lhe a si e a dizer-lhe exatamente o que achar por bem, eu, por acaso, recebo telefonemas diferentes e também é da responsabilidade dos munícipes o que eles me dizem, mas, de facto, dizer-se que houve um munícipe que disse que alguém da Câmara, é só uma questão de fundamentar isso, o que é difícil é chegar aqui dizer houve um munícipe que disse, que alguém disse que foi que disse, e isso vale o que vale.

Sobre cargas e descargas, eu gostava também de explicar dois ou três pontos que também são importantes. Nós temos vindo a aumenta-los, e temos vindo a aumentá-los exatamente nos sítios onde os próprios comerciantes nos fazem sentir essa necessidade, e eu até chamava a atenção para uma das obras que também foi feita no último executivo, na Avenida dos Bombeiros Voluntários que deve ser das ruas onde há mais lojas comerciais, e onde não havia um único sítio de cargas e descargas, hoje já há. A sinalética das estradas da vila, ela tem sido, e acho que também toda a gente reconhece, elas têm sido renovada ao longo dos anos, e temos estado até com um projeto, que começou exatamente há quatro anos atrás ou três anos e meio atrás, que foi substituir todas as sinaléticas que havia nas entradas da vila do concelho, grande parte delas estavam altamente enferrujadas, altamente danificadas, algumas nem existiam e tem sido uma preocupação não só do vereador do trânsito, mas também do senhor Presidente, sobre tudo esta parte da sinalética das entradas da Vila, porque, de facto, não dignificava nem a Póvoa de Lanhoso nem as freguesias onde elas estavam inseridas. Por último, as marcações de estacionamento da Avenida 25 de Abril, elas vão ser realizadas como vocês já repararam, nós até já fizemos algumas intervenções e às vezes há pormenores técnicos que são importantes, porque a meteorologia no inverno é difícil, estas coisas da meteorologia são complicadas e, portanto, já houve várias passeadeiras que foram renovadas, foram renovadas com equipamentos próprios que a Câmara Municipal adquiriu nos últimos anos e que, portanto, já tem essa capacidade e essa facilidade e temos o feito, agora vamos continuar a fazê-lo, mas, de facto, há outras obras e há também as condicionantes do tempo da meteorologia, que muitas vezes não permitem fazer, nomeadamente, por exemplo, o nosso equipamento não permite fazer pinturas, tecnicamente, não é o ideal para pinturas em paralelo, toda a Avenida 25 de Abril, os estacionamentos são em paralelo. E também relembro que, na altura, quando se fez todo aquele arranjo urbanístico, e já lá vão muitos anos, ninguém fez as marcações de estacionamento e essa falha já foi naturalmente diagnosticada e irá ser brevemente corrigida para que, de facto, toda a gente consiga estacionar devidamente, sendo que esse também é um trabalho que nós temos estado continuamente a fazer. Estou em crer que o Dr. Paulo há de continuar, junto com os técnicos, a garantir que se melhorem cada vez mais essas condições estacionamento. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não é um pedido de esclarecimento, é uma prestação do esclarecimento. Há bocado o senhor vereador disse, e bem que, por equívoco meu ou não, as estradas que estavam classificadas eram precisamente o oposto. Acontece só para esclarecer toda a gente lá em casa, não questionando as afirmações do senhor vereador, que a minha fundamentação é com base no que está disponível no sítio da Infraestruturas de Portugal, nada mais. Acredito que a informação esteja incorreta, mas foi vista no site das Infraestruturas de Portugal, ontem. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor vereador, sobre a não submissão dos assuntos à Comissão de trânsito não me respondeu porque é que não foram submetidos. A outra questão de falar do munícipe que me ligou, obviamente que não vou dizer o nome, mas é verdade eu só vos chamei a atenção para que não volte a acontecer.

Sobre o resto é impressionante a forma como não aceita esta minha análise crítica construtiva que fiz de todos os assuntos. Eu fiz aqui propostas para melhoria, você escusa-se que está tudo bem e que no passado já era assim, não é assim que se faz política, aceite a crítica e melhore para futuro.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, há pouco falamos sobre a operação de loteamento de Vilela, só para esclarecer aqui uma questão. Nós estamos a falar de uma transmissão de passagem de domínio público para privado que, por ser uma operação de loteamento, não vem a esta Assembleia Municipal, caso contrário, seria subjacente que teria que vir cá, a questão que lhe lanço é, a documentação que foi submetida a reunião de câmara prevê um relatório de avaliação que até, inclusivamente, tem ali uma demarcação, confrontando

aquela imagem que lá consta com o local, verifica-se uma construção, está lá algo construído em domínio público, ou não? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada, eu não tenho essa informação, como deve imaginar estamos a falar de um processo que existindo, e admitindo que existe, fará parte dos processos que estão instruídos no urbanismo e, portanto, precisamos de solicitar essa informação, naturalmente. Aquilo que foi discutido e resolvido em reunião de câmara não foi essa matéria, como bem sabe, foi matéria diferente que permitirá passarmos à fase seguinte, portanto, podemos é solicitar informação e em função dessa informação, esclarecermos o assunto. É caso para dizer, como também frisou, não é um tema que vem à Assembleia Municipal, mas ainda bem que temos um executivo que partilha toda a informação, mesmo aquela que não precisa de partilhar para vossas excelências poderem suscitar assuntos tão interessantes.

Respondendo ao deputado Miguel Pereira, o que me pediu um balanço do mandato. Senhor deputado, eu posso fazer um balanço do mandato numa hora ou posso fazer um balanço de mandato em trinta segundos. O balanço do mandato de uma hora que eu já programei, tem toda esta matéria, eu partilho com todo o gosto com vossas excelências e faço-o de pé, se quiserem ali no púlpito, porque estou preparadíssimo para o fazer hoje, na próxima Assembleia Municipal, em qualquer momento até ao final deste mandato, até fazemos uma Assembleia Municipal extraordinária, se quiserem, com um ponto único.

Eu sinto alguma agitação num determinado deputado municipal ali de Santo Emilião que sempre percebi que quando eu falo, fica muito entusiasmado, não sei se é por aquilo que eu digo ou pela forma como o faço, mas faço-o com muito gosto e gosto muito de ouvir os seus apertes, porque eles encorajam-me, portanto, senhor deputado continue, porque eu sinto-me cada vez mais motivado a fazer as intervenções que noto que aprecia tanto. Relativamente ao balanço que sugere, eu vou optar pela segunda possibilidade, estou disponível a qualquer momento para regressar à primeira, uma das formas de podermos analisar o cumprimento do mandato de qualquer autarca, de qualquer Câmara Municipal, ou Junta de Freguesia é olharmos para a sua proposta eleitoral e verificarmos se ela está ou não a ser executada. Nós estamos a executar amplamente tudo aquilo que propusemos em 2021 e aquilo que não está ainda concretizado, está a ser trabalhado para poder ser concretizado, portanto, esta é a forma de lhe poder dizer que estou absolutamente confortável, eu e o meu executivo, com o trabalho que temos desenvolvido, porque ele está em linha, está até, e tenho vários exemplos disso,

superado em várias áreas onde foram surgindo oportunidades e nós fomos aproveitando e fomos candidatando e fomos podendo ir além daquilo que nos tínhamos proposto fazer na nossa proposta eleitoral em 2021. Portanto, senhor deputado, estou muito satisfeito, tenho boas expectativas em relação aos próximos meses, e a nossa ambição é sempre, sempre crescente, e é dessa forma que vamos continuar a trabalhar. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Ricardo Alves, para continuar a responder.

Interveio o vereador Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para responder ao deputado Luís Carvalho que, de facto, eu não disse que está tudo bem, eu disse que nós temos a consciência de que há um conjunto de situações que, naturalmente, merecem atenção e têm que ser resolvidas, mas eu diria também que, e eu acho que até o senhor reconhece isso, muito se tem feito nesta área do trânsito, evidentemente que não está nunca tudo concluído, portanto, é um trabalho contínuo. Não lhe respondi sobre os assuntos irem ou não à Comissão, porque, como sabe, eu não sou o vereador do trânsito e, portanto, não sou eu que lhe poderei dar essa resposta, mas eu concordo que, quando o vereador e os serviços acharem que devem levar à Comissão, a Comissão pronuncia-se, essa pronúncia é, de facto, como disse, e muito bem, não é vinculativa, é um parecer e, portanto, pode dar o seu parecer e o executivo pode decidir fazer ou não fazer em função de uma escolha técnica e uma decisão política, mas o que eu na altura comentei foi o caso de um munícipe ligou, e portanto, ligou a dizer qualquer coisa e, portanto, é difícil para alguém que está deste lado daqui responder baseado em alguém ligou a dizer alguma coisa, portanto, quando, depois quiser objetividade, é só enviar por escrito essa crítica ou essa observação e, naturalmente, o Dr. Paulo e os serviços terão todo o gosto em poder-lhe responder. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como toda a gente sabe, na bancada do Partido Socialista também temos elementos que pertencem à Comissão de Trânsito e acho que um assunto destes envolvendo esses elementos que pertencem a essa Comissão, eles têm o direito de saber quem foi o munícipe que fez essa acusação.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto um da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do regimento da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do regulamento para atribuição de apoios às Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias do concelho da Póvoa de Lanhoso - Câmara Amiga das Freguesias.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto elenca todos os apoios concedidos no âmbito do regulamento Câmara Amiga das Freguesias.

É uma obrigatoriedade legal, trazermos cá essa informação, que tem meramente carácter, de facto, informativo. Portanto, se tiverem alguma dúvida, eu estou disponível para responder.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto informativo sobre os apoios às juntas de freguesia e Uniões de freguesia, atendendo às suas necessidades em realizar as diversas atividades, desenvolver projetos e fomentar o desenvolvimento local com a realização de diversas intervenções também no âmbito da coesão territorial, como o senhor Presidente de Câmara disse, é apresentado a este órgão deliberativo, que é o que impõe o regulamento, a relação dos apoios atribuídos no ano de 2024 ao abrigo deste documento.

Verifica-se, portanto, atribuição de apoios financeiros às freguesias na ordem dos 65.452,50€ para a promoção e desenvolvimento cultural, recreativo e social, nomeadamente nas atividades realizadas em sinergia entre as freguesias e o município. Não obstante, e tendo em conta os critérios de transparência, rigor, igualdade e justiça pelos quais nos devemos reger, reiteramos junto do executivo municipal, também que já tinha realçado isto numa assembleia de 2022, que seria importante também remeter ao órgão deliberativo uma relação dos apoios financeiros e em espécie, que também são

atribuídos às diversas entidades do concelho, que são deliberados em reunião de câmara, como é lógico, mas também como órgão fiscalizador, também acho que seria conveniente termos acesso a essas relações.

Por fim, o grupo Parlamentar do PSD encontra-se inteirado sobre o teor da informação prestada. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente aos apoios concedidos às juntas de freguesia, ao abrigo do regulamento Câmara Amiga das Freguesias, só mesmo para dar nota a esta assembleia que o CDS-PP se encontra inteirado da informação prestada pelo município relativamente à finalidade dos apoios concedidos, bem como, dos montantes atribuídos em cada caso. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do regulamento para atribuição de apoios às Juntas de Freguesia ou União de Freguesias do concelho da Póvoa de Lanhoso - Câmara Amiga das Freguesias.

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2024, no âmbito da faculdade prevista no artigo 145.º da Lei do Orçamento de Estado para 2025.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Explicando que todos os anos na primeira Assembleia Municipal do ano, nós temos o dever legal de aprovar o mapa de demonstração de desempenho orçamental que tem precisamente o objetivo de apurarmos o saldo de gerência que no ponto seguinte vai ser aprovado para ser integrado em termos de orçamento e, portanto, são dois passos estritamente técnicos que decorrem da lei. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam pedidos de intervenção, pelo que colocou o ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para aprovação do mapa da demonstração de desempenho orçamental de 2024, no âmbito da faculdade prevista no artigo 145.º da Lei do Orçamento de Estado para 2025.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto quatro da ordem de trabalhos. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como expliquei no ponto anterior, apurado o saldo de gerência é nossa competência na Câmara Municipal e, posteriormente, na Assembleia Municipal, integrar o saldo de gerência no exercício do ano em vigor e, portanto, estamos a falar de um saldo de três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco euros e oitenta e nove cêntimos, que precisa de ser agora integrado e no fundo orçamentalmente normalizar.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Há pouco no ponto anterior era efetivamente a faculdade legal de poder estarmos aqui a incorporar o saldo de gerência. Dizer-se que este saldo de gerência de três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil euros, de acordo com a informação técnica que vem apenas ao mesmo destinar-se-á quatrocentos mil euros, estão consignados já para o projeto do canil e gatil, portanto, quatrocentos mil euros deste projeto irão destinar-se a ser utilizados na construção do canil e gatil. Dizer-se também que quatrocentos e treze mil e quinhentos euros destinar-se-ão à reabilitação da Rua de São Damião, penso que é esta a informação que aqui consta, em Garfe, e também estará aqui inerente um valor de dois milhões e cem mil euros consignados para Via Circular urbana.

Uma das questões que gostaria de lançar é a seguinte, aqui refere segunda alteração modificativa, contudo, nós tivemos o plano e orçamento aprovado em dezembro e esta é a primeira assembleia após a aprovação do plano e orçamento, portanto, a primeira

questão que levanto é se efetivamente, nós estaremos perante uma segunda alteração modificativa, porque do que me recorde, não aprovamos a primeira e se assim for, não sei até que ponto não teremos aqui que verter alguma alteração.

Em termos de valores, a questão que eu gostaria de lançar é a seguinte. Nós temos aqui esta alteração modificativa que fica totalmente, e corrija-me, senhor Presidente, se eu estiver enganada, fica totalmente condicionada pelo valor que já está cabimentado para a Via Circular e que se mantém ali para a compra dos terrenos; pela Rua de São Damião e para a construção do canil. Basicamente, o valor de três milhões e oitocentos quase que se esgota, nestas três parcelas. A questão que eu gostaria de colocar é um facto de nós termos em 2024, um valor de saldo efetivo, portanto, o diferencial de receita efetiva e despesa efetiva de sensivelmente apenas de sessenta e quatro mil euros, portanto, este valor claro que já vem aqui saldos de gerência acumulados de anos anteriores, nomeadamente 2022, que muito contribui para este exercício, mas a questão que lanço é a seguinte, até que ponto nós conseguiremos continuar a fazer cabimentações em prol da Via Circular, até porque a construção, os 15%, como sabemos, não podem ser financiados, terá que ser com capital próprio.

Pronto, então, basicamente, confirme-me só o seguinte, dois milhões e cem destes três milhões e oitocentos, Via Circular, quatrocentos e treze mil, Rua de São Damião e quatrocentos mil para o canil. É isto, não é? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ora, relativamente à proposta da Câmara Municipal para aprovação da segunda alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do plano para 2025, começo por salientar positivamente o facto desta proposta apresentar em linha do que foi sugerido pelo CDS-PP no ano passado, uma nota explicativa bastante mais detalhada sobre os diversos projetos prioritários de investimento.

No que concerne ao teor da proposta propriamente dita, cumpre-me dizer que nos encontramos inteirados das rubricas orçamentais a atualizar ou incorporar, não tendo nada a opor nesta matéria e votaremos favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, senhora deputada, vamos começar pela questão da primeira ou da segunda alteração orçamental. Nós já discutimos isso em anos anteriores, a senhora deputada no próximo ano, expectavelmente, espero eu, como vereadora, admitindo que seja eleita, como vereadora da Câmara Municipal, vai ter oportunidade de discutir isso em reunião de câmara, dizer-lhe que a primeira alteração orçamental todos os anos ocorre precisamente porque é necessário cabimentar receita que vá de encontro à despesa que dá entrada em termos administrativos nos últimos dias do ano, acontece sempre isso, todos os anos, acontece neste mandato, acontecia nos outros mandatos, acontecem em todos os mandatos. Sabe porque nem todas as alterações orçamentais têm de vir à Assembleia Municipal. As alterações orçamentais que vêm à Assembleia Municipal, por exemplo, este tipo de alterações orçamentais que têm que ver com a incorporação do saldo de gerência, portanto, vá tomando nota destas coisas que é para depois ano a ano, nós podermos ter debates mais interessantes, vá tomando nota destas notas.

Portanto, essa é a primeira questão. A segunda questão tem que ver, de facto, com a despesa, há uma incorreção naquilo que disse e é natural que tenha sido induzida em erro, é natural que tenha sido induzida em erro, nós em termos processuais, aquilo que nós fizemos foi avançar com o processo da execução do canil e gatil com receitas próprias que depois em termos orçamentais, pretendemos substituir com o empréstimo que vamos agora contrair, portanto, e isso está tecnicamente e legalmente totalmente previsto, portanto, aquilo que nós estamos a fazer, é usar receita do Orçamento do município para poder lançar o procedimento, como já fizemos, para poder avançar com a obra que a determinado momento será financiada pelo empréstimo que estamos, que já levamos a reunião de câmara que estamos aqui a querer hoje aprovar num dos pontos seguintes, essa receita ficará liberta em orçamento para outras finalidade, é aquilo que fazemos na gíria e não é nada de novo, nós não inventámos a roda, portanto, isto é uma coisa que se faz em termos de gestão, é um ato de gestão, se quiser chamar-lhe assim, evidentemente, do resto da receita tem, obviamente os dois milhões e cem mil euros da Via Circular e tem outras necessidades que nós prevemos em termos de distribuição orçamental, porque, obviamente, o valor que recebemos de transição do saldo de gerência tem que estar destinado para determinado fim, que já agora, ao longo de qualquer exercício de qualquer ano e da execução de qualquer orçamento ao longo do ano, é natural que ocorram alterações orçamentais.

Eu dou-lhe um exemplo, a estratégia local de habitação, naturalmente, requer que nós, a determinado momento, possamos direccionar valor para execução, pelo menos na fase inicial da estratégia local de habitação que depois será esse valor substituído pelo acordo que nós prevemos que seja alcançado, que seja subscrito nos próximos dias. Pelo menos, temos essa expectativa que foi criada em conversa recente com o senhor Presidente do IHRU, precisamente para podermos depois financiar a estratégia local de habitação. Isso é um procedimento normal, é um ato de gestão meramente de gestão e de alteração orçamental à medida daquilo que em cada momento do ano é mais

necessário e essas alterações orçamentais não têm que vir à Assembleia Municipal, são técnicas e, portanto, não se admire se daqui a algum tempo tivermos a quinta alteração orçamental, porque é uma coisa normal e se quiser fazer um estudo a não ser que nos solicite essa informação, não lhe garanto que consiga enviar no prazo que deseja, mas se quiser fazer um estudo das alterações orçamentais dos últimos anos, isso aconteceu sempre todos os anos, porque é considerado normal. É uma coisa banal, até.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, a informação técnica que temos aqui diz claramente que os quatrocentos mil euros se destinam ao projeto canil e gatil. Compreendi que e até porque está no portal da Vortal consegue-se perceber que o concurso público desta obra já foi lançado. Já foi inclusivamente adjudicado, a questão que lhe lanço é muito clara e evidente, nós temos quatrocentos mil euros de capital próprio. A pergunta que lhe coloco é, se porventura o financiamento não fosse aprovado hoje, esta obra estava em risco?”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu novamente a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu gostei muito dessa pergunta sabe, porque indo de encontro àquilo que vocês têm feito ao longo deste mandato, aquilo que seria expectável e que induz a sua pergunta, é que estão preparadíssimos para chumbar o financiamento ao canil, para que o canil não possa ser executado, que foi aquilo que vocês fizeram já nesta Assembleia Municipal.

Portanto, senhora deputada, sejamos claros, se o financiamento for aprovado, a verba é substituída em termos de orçamento e a verba libertada em orçamento é direcionada para outras necessidades, que são muitas. Se o financiamento for chumbado, esta verba não pode ser canalizada para outras necessidades e, se calhar, instituições e juntas de freguesia verão, naturalmente, condicionadas algumas ambições que têm, porque a Câmara Municipal não tem um orçamento infinito. A Câmara Municipal tem um orçamento que está programado para 2025 e que usa esta verba, neste momento, para poder lançar, e já agora não está adjudicada ainda, para poder lançar o procedimento, é uma dedução sua, não é, às vezes deduz, são os sinais que recebe, induz em erro, não é? Portanto, lançámos o procedimento, há uma empresa que ganhou o concurso, mas o concurso não está, não foi ainda adjudicado. O contrato não está ainda assinado, pois sabe que esse é um dos passos, também, é um dos passos do processo é assinar o

contrato. Mas vai ter tempo de aprender isso no próximo mandato, de qualquer das formas dizer-lhe que se for aprovado, é substituída a verba, sendo objetivo, se for aprovado é substituída a verba, se não for aprovado, nós temos que usar esta verba para executar o canil.

De uma forma ou de outra com ou sem a colaboração da bancada do PSD, nós vamos executar o canil gatil.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos e colocou o ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para aprovação da 2.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da aquisição de equipamentos para os serviços municipais no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“É exatamente para isso, adquirir quatro equipamentos que nós pretendemos que possam ser usados no dia-a-dia pelas nossas equipas e reforçar os meios em linha com o que temos vindo a fazer, até estrategicamente ao longo do mandato. Nós temos vindo sistematicamente e permanentemente a reforçar os meios que temos à disposição das equipas do município para poder aumentar a nossa capacidade de resposta, nomeadamente em tudo o que tem a ver com requalificação de vias.

Nós estamos a falar um destes equipamentos, é uma pavimentadora de asfalto que vai permitir, espero eu, à Câmara Municipal, ter uma capacidade de intervenção diferente, dando só aqui um exemplo muito simples, se hoje levarmos a cabo a repavimentação de qualquer via e tivermos de cumprir, como temos de cumprir, o que está previsto no Código de Contratação Pública, estamos a falar no melhor dos cenários de uns meses, uns três, quatro, cinco meses a correr muito bem, com um procedimento destes e com os meios que passamos a ter à disposição, admitindo que tínhamos como é estrategicamente importante que tínhamos um contrato de fornecimento de matéria-

prima estabelecido com algum fornecedor, nós estaremos em condições de poder executar a mesma via num prazo de dias ou de semanas até dependente das disponibilidades das equipas do município, portanto, há um aumento de eficácia significativo e é uma poupança significativa também, porque estamos a falar de uma redução do custo muito grande, comparando a mesma via, sendo ela executada pelos meios do município ou executada através de um lançamento de concurso público que tem encargos diferentes e valores muito superiores, como é evidente.

Esqueci-me de referir, embora faça parte da proposta, que este financiamento está previsto ser efetuado com a Caixa Geral de Depósitos com um spread de 0.24.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ora, relativamente à proposta da Câmara Municipal para a contratação do empréstimo de até quinhentos mil euros, com vista à aquisição de equipamentos para os serviços municipais, como o senhor Presidente, já acabou de referir, é entendimento do CDS-PP que a dotação dos serviços municipais com equipamentos adequados é desejável, tratando-se de um bom princípio de atuação.

Contudo, decisões desta natureza não devem ser fundamentadas a esta Assembleia e aos contribuintes meramente com a indicação do tipo de equipamento a adquirir e o custo expectável associado, sendo óbvio, o propósito a que se destinam os equipamentos relativamente ao qual nada temos a opor. É entendimento do CDS-PP que a proposta deveria também ser contextualizada no âmbito dos recursos humanos disponíveis nos quadros do município, com formação habilitante para a sua correta utilização, sob pena de podermos estar a adquirir equipamentos e não termos os necessários recursos humanos para os operar, em virtude da eventual especificidade e necessidade de certificação profissional dos colaboradores.

Uma outra nota que aqui gostaria de deixar a todos os povoenses, até porque nos solidarizamos desde o início do mandato com a importância destas questões estruturantes, votando sempre favoravelmente em prol do desenvolvimento do nosso concelho e do aumento da igualdade de condições disponibilizadas a todos os munícipes. É a seguinte na fundamentação da demonstração da capacidade de endividamento do município que suporta este ponto, é-nos transmitido que dos empréstimos por nós aqui aprovados até à data, e passo a citar, para requalificações dos arruamentos no concelho até um milhão cento e setenta e cinco mil euros ainda se encontram por utilizar cerca de 240 mil euros, para a ampliação da rede de saneamento, aqui sim, maior taxa de execução, para a primeira fase estão por usar, mesmo assim, 86 mil euros, para a ampliação da segunda fase da rede de saneamento que aprovamos aqui os empréstimos

até quinhentos e trinta e cinco mil euros, ainda nada foi utilizado e para a requalificação dos arruamentos no concelho que esta proposta visa também debelar, aprovou-se aqui à data capacidade de endividamento por empréstimo até dois milhões e setecentos mil, do qual nada foi utilizado, o mesmo para a requalificação de infraestruturas desportivas e recreativas municipais, ou seja, foram aqui aprovados cerca de cinco milhões, duzentos e vinte mil euros para suprir necessidades urgentes da nossa população e até à data, só foram aplicados cerca de um milhão e trezentos mil, estão disponíveis para investimento, como é fundamentado na proposta do executivo, cerca de três milhões, novecentos e vinte e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco euros. Sendo que as pessoas continuam com necessidades urgentes e as obras continuam em alguns casos por executar, sobretudo em matéria de saneamento básico.

Para terminar, o pedido que estes equipamentos estejam então rapidamente à disposição dos serviços, dada a urgência, sobretudo na intervenção das vias, não será, como de costume, pela posição do CDS-PP nesta matéria, que as obras deixarão de avançar como tem vindo a acontecer. Como tal, votaremos favoravelmente a proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Diogo Sousa.

Interveio o deputado Diogo Sousa, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, reconhecer que é importante, que o município tenha equipamentos que confirmem capacidade de resposta própria, isto é, sem depender de terceiros para realizar diversas intervenções, nomeadamente que garantam segurança, condições mínimas de acessibilidade, etc.

Depois questionar se estes equipamentos vêm para substituir equipamentos obsoletos ou se vêm para colmatar necessidades e realizar trabalhos que eram contratados por empresas externas ou contratados fora? Questionar ainda se o valor de compra deste tipo de equipamentos asseguraria a prestação de serviços por terceiros, durante quantos anos? Se fizeram este exercício? A pergunta pode parecer contraditória, mas não estamos a dizer que deviam ser contratados fora, mas é importante encontrar aqui um equilíbrio entre o que se compra e o que se contrata fora, daí esta questão.

Questionar ainda se o município tem recursos humanos suficientes para tirar o máximo partido destes equipamentos que vão ser adquiridos?

Relativamente à pavimentadora de asfalto, surge aqui uma outra questão. O senhor Presidente, anunciou numa sessão de assembleia do presente mandato, não consigo precisar qual, neste momento, a aquisição de um equipamento que permitiria melhorar o método de reparação dos famosos buracos nas estradas, porque convenhamos que o método de reparação habitual é bastante mau, e não é mau de agora, é mau há muitos anos, normalmente a prática habitual é alcatrão frio com pouca capacidade de

aderência, vem chuva passado dois dias os buracos já estão exatamente iguais, portanto, é um velho método, não estou a dizer que é um método de agora, mas quando o senhor Presidente anunciou essa melhoria ficamos todos satisfeitos, mas temos vindo a constatar que o método não é amplamente aplicado, portanto, é importante perceber se esta pavimentadora vem para ajudar nessa resolução ou se é um assunto completamente à parte. Muito obrigado.”

Depois o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começar por responder ao tema da formação, naturalmente, nós temos funcionários preparados para poder manusear este tipo de equipamento e temos inclusive prevista a possibilidade de lhes dar a formação necessária em função do equipamento que venha a ser adquirido, precisamente para que eles possam estar totalmente autonomizados em relação ao uso do equipamento.

Vamos todos fazer aqui a justiça de admitir que o município não ia adquirir um equipamento que depois não pudesse ser manuseado pelos funcionários, portanto, é evidente que nós vamos adquirir um equipamento que depois pode ser manuseado e os funcionários que não tiverem a formação suficiente, vão adquiri-la e nós vamos promover essa formação, portanto, isso não há dúvida nenhuma.

Em relação aos empréstimos que referiu que não estão ainda executados, estão precisamente com um procedimento em curso, portanto, ainda bem que expliquei há bocadinho de que forma funciona o código de contratação pública com uma agravante quando se trata de financiamentos, porque quando estamos a falar de financiamentos, o processo é um pouco mais moroso, e um pouco mais complexo até.

O deputado Diogo de Sousa falou da substituição dos equipamentos ou não, há dois equipamentos que nós estamos a adquirir que são para substituição, um deles é a viatura pesada de transporte de mercadorias, o outro é a retroescavadora com equipamento acessório, os outros dois equipamentos são equipamentos que nós não temos ainda, a pavimentadora de asfalto, é um equipamento que o município nunca teve e o cilindro que está previsto ser adquirido é um cilindro que é obrigatório para poder utilizar precisamente esta pavimentadora, o tipo de cilindro que temos nos nossos serviços é um cilindro, portanto, de rodas inteiras e de ferro e este será um cilindro de rodas de pneus, como lhe chamam na gíria e, portanto, um cilindro de pneus para quem estiver mais familiarizado com estes termos, é diferente daquilo que o município sempre teve e é inevitável esta aquisição e sim, temos expectativa que estes equipamentos ajudem a substituir parcialmente a nossa necessidade de contratação pública, sendo certo que algumas obras terão de ser inevitavelmente feitas, e executadas via

contratação pública, seja pela complexidade das mesmas, seja pela orçamentação das mesmas, seja pela razão que for, até porque os nossos serviços aumentarão, passarão a ter uma capacidade diferente e aumentarão a nossa capacidade de resposta das necessidades que existem nas freguesias, mas não temos a ambição de nos substituímos a tudo aquilo que é necessário, até porque há uma coisa que eu já prevejo, a partir do momento que tenhamos estes meios à disposição, as solicitações vão ser muitas e nós não vamos ter possibilidade de resolver todas as solicitações em dois, três ou quatro meses, e muitas delas vão surgir mais tarde, até porque quando fala dos buracos nas estradas, há buracos em várias estradas e há muitas estradas que estão degradadas há muito mais do que três anos e meio, como todos sabemos e, portanto, nós temos vindo a fazer a intervenção de correção, comprámos algum equipamento, é verdade, neste mandato, que nos permitiu uma coisa importante que é passar a trabalhar com alcatrão a quente, quando até 2021 só se trabalhava com alcatrão a frio, pelo menos é a informação que tenho e, portanto, compramos máquinas de corte e máquinas que permitiram fazer intervenção até determinado nível técnico, se quisermos usar este termo. Estes equipamentos, vão-nos permitir ir um pouco mais longe e nós achamos que é importante para podermos também corresponder às necessidades das juntas de freguesia, dos senhores Presidentes de junta e dos munícipes. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou o ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 42 votos a favor (membros presentes) num total de 45 membros em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da aquisição de equipamentos para os serviços municipais no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto seis da ordem de trabalhos. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da construção de Centro de Recolha Oficial de Animais no valor de até 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto quatro permitiu explicar tudo que tem a ver com o ponto seis em termos de decisão política e em termos de gestão orçamental também, portanto, só falta acrescentar a questão da entidade bancária que é a Caixa de Crédito Agrícola e o tema do spread que é de 0.34%.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao representante da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, do GP do PSD, Gabriel Meira.

Interveio o deputado Gabriel Meira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O assunto que me traz aqui é a proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo a longo prazo para o financiamento da construção do centro de recolha oficial de animais, num valor até quatrocentos mil euros. A Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso após a tomada de posição na Assembleia Municipal realizada no dia 25 de junho, onde votou contra a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público municipal da operação urbanística destinada ao centro de recolha oficial de animais não estar contra a construção do centro de recolha oficial de animais e, repito, mais uma vez, para deixar aqui bem claro. A junta de freguesia não está contra a construção do centro de recolha oficial de animais, apenas votou contra o interesse público municipal da operação urbanística, por entender que é um assunto muito delicado e deveria ter sido tratado de forma mais cuidada, auscultando a população envolvente.

Foi isso que fizemos após a Assembleia Municipal do dia 25 de junho. Fomos auscultar a população dos lugares dos Moinhos Novos e de Mirão sobre a proposta da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso para a possível nova localização do canil e gatil municipal. Foram inquiridos, cento e nove moradores num raio aproximado de quinhentos metros do referido terreno, dos cento e nove moradores, cento e seis manifestaram-se contra a referida localização do canil e gatil municipal, o que corresponde a 98%, dos cento e nove moradores, apenas três moradores manifestaram-se a favor da localização o que corresponde a 2%.

A título de curiosidade e para que as pessoas aqui e lá em casa possam perceber as mentiras e calúnias levantadas pelo Partido Socialista, em especial nas redes sociais, onde diziam que o Partido Social Democrata estava contra a construção do canil e gatil municipal, deixo aqui uma situação que reflete isso mesmo, ao auscultar a população, uma senhora que nas redes sociais nos atacou fortemente pela tomada de posição, ao ser abordada por mim, numa primeira fase, disse, é uma vergonha o que vocês fizeram, eu sou a favor da construção do canil, onde é que eu posso assinar? Ao que eu respondi, nós não estamos contra a construção do canil e gatil municipal. Entendemos que para

votar esta situação tão delicada, as pessoas que moram mais próximas devem ser ouvidas e é o que estamos a fazer neste momento, é isso mesmo informar, porque houve muita desinformação e a recolher a opinião da população mais próxima, porque se as pessoas na sua maioria, não se importarem com a localização, não temos qualquer inconveniente em votar favoravelmente, mas as pessoas têm e devem ser ouvidas. Entretanto, entreguei um documento que continha o mapa da localização pretendida pela Câmara Municipal, identifica a senhora onde é que era a sua casa e o referido terreno para a localização, curiosamente, era uma das casas que ficava mais próxima do canil, a cerca de cem metros. A resposta da senhora foi perentória e em choque, mas é aqui? Apontando o terreno ao lado. Mas o senhor Presidente de Câmara, disse que era ao lado do outro. Ao que eu respondi, o ao lado do senhor Presidente de Câmara são quinhentos metros, o que faz com que o canil fique próximo de outras habitações. Perante o meu esclarecimento, a senhora disse isto não faz sentido nenhum onde é que eu posso assinar? Quero votar contra a construção do canil.

Em suma, através desta auscultação, foi possível reconhecer praticamente por unanimidade que é necessário e urgente a construção de um canil e gatil municipal digno para o Concelho da Póvoa de Lanhoso, mas que o mesmo não deve estar dentro da malha urbana, isto é, próximo das populações e habitações, posição essa partilhada por esta junta de freguesia.

Contudo, senhor Presidente, acreditamos que, perante a auscultação aqui apresentada seja capaz de pensar a longo prazo, se há trinta anos quando foi construído o atual canil nas costas da antiga residência universitária, era um local ligeiramente afastado da malha urbana, hoje em dia, com o crescimento da Póvoa de Lanhoso, o canil está no meio da malha urbana, o que condiciona o crescimento urbano da Póvoa de Lanhoso, na área geográfica respeitante ao lugar de Mirão, condiciona e incomoda com ruído e odores os moradores dos Moinhos Novos e de Mirão. Mas, também já, quem habita muito próximo do continente.

Infelizmente e, lamentavelmente, sabemos que a capacidade do canil será rapidamente alcançada, questiono se o local está preparado para um alargamento daqui a cinco, dez ou quinze anos? Porque o investimento de mais de meio milhão de euros tem de ser realizado com muita responsabilidade. Não podemos nunca esquecer o bem-estar dos próprios animais. Um canil deve estar localizado num espaço tranquilo, afastado do ruído, do stress, do tráfego e da vida urbana, de modo a garantir que os animais possam viver num ambiente mais adequado à sua recuperação e eventual adoção.

Insto esta Assembleia e este executivo municipal a reconsiderar a localização deste equipamento. Existem alternativas viáveis em áreas mais afastadas da malha urbana que garantem não só a eficácia e o funcionamento do canil, mas também a harmonia entre o bem-estar animal e a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Juntos por uma freguesia melhor. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Era só mesmo para dar nota a esta assembleia que o CDS-PP na análise do ponto teve efetivamente dúvidas quanto à necessidade, o senhor Presidente já explicou a parte da decisão política, mas tivemos efetivamente as mesmas dúvidas que foram suscitadas no ponto quatro que era, tivemos um financiamento de duzentos e vinte mil euros do ICNF. No ponto quatro está taxativamente expresso pelos serviços que parte da verba está consignada ao canil e, como tal, surgia a dúvida para que é que iríamos contratualizar o empréstimo até quatrocentos mil euros para pagar, segundo o que consegui apurar, o concurso foi lançado com um valor base, explique-se é o valor limite de seiscentos e trinta e três mil euros, quase seiscentos e trinta e quatro, se nós tínhamos seiscentos e vinte já dentro de portas, não fazia sentido abrir um concurso para ir buscar catorze mil euros que era o que estava a faltar, um empréstimo, sim para ir buscar os catorze mil euros e surgiu essa dúvida. Com a explicação dada entretanto, tudo bem, não há problema nenhum. Votamos favoravelmente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como ponto prévio dizer que eu deixei a intervenção dos dois pontos, dos empréstimos para este período e, portanto, vou referir-me também ainda o ponto anterior e algumas notas importantes, em primeiro quanto ao procedimento, eu acho que é muito importante assegurarmos que os procedimentos cumpram todos os requisitos legais, por um lado, para estarmos salvaguardados em termos de lei para as decisões que aqui tomámos, por outro, para que o façamos em consciência e, com a certeza de que escolhemos as opções que melhor servem os interesses do concelho. E quanto a isto, penso que o procedimento não levanta dúvidas, pelo menos os meus colegas não questionaram essa parte, fez-se uma consulta de mercado para identificar a melhor proposta, fez-se uma audiência prévia aos concorrentes, todos foram notificados para se pronunciarem, não tendo daí surgido nenhuma reclamação. Foi considerada a capacidade de endividamento do município com base no balancete provisório de 31 de janeiro de 2025 e constata-se, que o município tem uma margem de endividamento de cinco milhões, cento e vinte e nove mil setecentos e noventa e seis euros. A contratualização destes empréstimos, um para a construção do centro de recolha oficial

de animais, o outro para aquisição de equipamentos para serviços municipais perfaz um total de novecentos mil euros. Logo está em larga escala dentro daquilo que é a capacidade de endividamento da Câmara Municipal.

Depois deve-se analisar também as questões relacionadas com o grau de necessidade dos serviços para os quais se pretende fazer um investimento deste género. Neste capítulo, parece-me também que não haverá, parecia-me que não haveriam grandes dúvidas, ninguém põe em dúvida a necessidade e a urgência da construção do centro de recolha oficial de animais, aliás, o senhor deputado Gabriel, já veio cá falar sobre o passado e este foi um assunto bastante badalado há bem pouco tempo, foi um assunto que envolveu centenas de povoenses que não tiveram dúvidas em repudiar publicamente a opção tomada nesta Assembleia pela bancada do PSD relativamente a mais uma posição de bloqueio, desta feita, à opção aqui proposta para a construção de um novo canil.

Relativamente à necessidade de aquisição de equipamentos para os serviços municipais, equipamentos esses que visam agilizar e dotar o município de maior capacidade de resposta, reparação das vias. Eu também quero acreditar que não há dúvidas nenhuma. Penso então que estes equipamentos são efetivamente um Upgrade neste sentido de melhoramento das vias e vem dar ao município a capacidade de agir muito mais rapidamente do que até aqui e vem permitir que os problemas sejam resolvidos com maior celeridade.

Depois fazer só aqui uma ou duas referências relativamente à intervenção do senhor deputado Gabriel Meira, eu acho extremamente engraçado que, de repente, deem grande importância, o senhor deputado Luís Carvalho também fala muitas vezes nisto, na auscultação ao público. Eu pergunto-lhe senhor deputado Gabriel Meira, quantas vezes fizeram audições à população nos últimos dezasseis anos. O senhor deputado é membro de uma junta de freguesia, que está no poder há mais de vinte anos e aqui há duas curiosidades é quantas vezes auscultou, pelos vistos, auscultou agora. E depois, fala também na necessidade da câmara programar ou pensar a longo prazo, senhor deputado, o senhor deputado, está numa junta de freguesia há vinte anos, se puder vir cá indicar-me, eu não vejo uma obra, ele não, mas a junta de freguesia está à mais de vinte anos, que não tem uma obra, uma obra digna desse nome, não tem uma obra em vinte e quatro ou vinte e cinco anos, uma obra digna desse nome, e tem a coragem de vir cá falar em pensar a longo prazo.

Relativamente à questão do canil, eu recordo-lhe senhor deputado, também, que após a votação na Assembleia Municipal, que referiu, a Câmara Municipal fez auscultação a todas as juntas de freguesia e pediu que indicassem um terreno para que se pudesse então fazer um canil. Ninguém indicou nenhum terreno.

Pronto, peço desculpa, eu não tenho por hábito mentir, fui induzido em erro, e tenho a humildade e a capacidade de me refazer aqui, se efetivamente foram apontados esses terrenos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Impedir a construção do canil na localização anteriormente proposta na Assembleia de 25 de junho próximo às habitações dos lugares dos Moinhos Novos e de Mirão foi uma medida essencial da bancada parlamentar do PSD para proteger a qualidade de vida e a segurança dos moradores. A nossa decisão foi tomada com base na participação ativa da comunidade, que manifestou os seus receios, as suas angústias, mostrando estar contra a localização que então era proposta.

A bancada parlamentar do PSD está comprometida sempre em ouvir e atender as preocupações dos povoenses. Assim também aconteceu com esta população que estava visada, a bancada parlamentar do PSD não olvida, porém, que o atual canil municipal tem condições indignas, quer para os animais que aloja, como também para aqueles que prestam voluntariado e que lá trabalham, por isso, preparávamo-nos para aprovar este empréstimo bancário que hoje nos é aqui trazido à apreciação e discussão.

Queremos deixar, no entanto, bem claro que não concordamos com a solução que nos está a ser hora apontada em perpetuar a localização existente do canil municipal, até porque foram várias as propostas das várias juntas de freguesia que propunham localizações muito mais adequadas, localizações que permitiriam um espaço muito amplo, desafogado para os animais com boas exposições solares, também com a distância devida ao casco urbano, mas não tão isolado assim, de forma a que permitisse isolar e distanciar esta realidade dos olhos da população, que tem efetivamente de o sentir, promovendo com isso as boas práticas para com os animais. No entanto, como acabamos de aprovar o saldo de gerência onde incorporámos estes quatrocentos mil euros, resta-nos e penso que a todos nós, embora o senhor Presidente tenha dito para que é que vamos contratualizar este empréstimo.

O senhor Presidente, referiu aqui que será destinado a instituições, as juntas de freguesia, portanto, perguntamos, está em condições de se vincular aqui hoje no sentido nos dizer que estes quatrocentos mil euros serão destinados efetivamente a estes fins, às juntas de freguesia e às instituições? Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora deputada, começo já por responder a essa questão, aquilo que eu disse e vou repetir é que a libertação de verba de quatrocentos mil euros permite à Câmara Municipal ter de ir de encontro às necessidades das instituições e das juntas de freguesia. Portanto, se me perguntar, mas concretamente, os quatrocentos mil euros vão ser canalizados para que instituição ou para que juntas de freguesia, eu não lhe sei responder a essa pergunta, como é evidente, aquilo que lhe sei dizer e repito, é que aumentámos a nossa capacidade, aumentámos a receita que temos disponível para acorrer às várias necessidades que os senhores Presidentes de junta, por exemplo, conhecem muito bem, aliás, há várias freguesias do nosso concelho que podem vir aqui a este púlpito testemunhar e relatar quantas situações já tivemos de apoios extraordinários, para além daquilo que estava programado em cada ano civil que a Câmara Municipal apoiou, estejam à vontade de vir a este púlpito, relatar os vários apoios que ocorreram nesta medida e já relatei aqui alguns deles até de algumas obras que estavam destinadas para determinada localização da freguesia, que foram reprogramadas para outra necessidade com custos diferentes. Nunca menores, os custos são sempre superiores, portanto, é para esse tipo de finalidade, senhora deputada, se quiser que lhe diga, concretamente, só lhe consigo dizer no final do ano, provavelmente ou à medida que for sendo executado os quatrocentos mil euros, não lhe consigo dizer antes disso.

Relativamente à intervenção do deputado Gabriel Meira. Bom, em primeiro lugar, dizer-lhe que essas auscultações de população, o senhor faz as suas, cada um faz as suas, eu também fiz as minhas e, aparentemente e legitimamente, tiramos todas conclusões diferentes, é legítimo o senhor vir aqui defender a sua posição, é matéria de opinião, não é matéria de estudo, uma coisa é termos opinião, outra coisa é termos estudado determinada matéria tecnicamente ou politicamente profundamente, até porque eu fico com a sensação que a Póvoa de Lanhoso nos últimos três anos cresceu exponencialmente para o lado de Mirão portanto, eu conheço a Póvoa de Lanhoso e o desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso, da 25 de Abril, dos Moinhos Novos, como todos conheceremos, penso eu, a edificação de casas e de prédios naquela área do nosso concelho não têm trinta anos, não têm só trinta anos, foi acontecendo ao longo do tempo e o canil está localizado em Mirão, que já agora na proposta da Câmara Municipal iria afastar-se do casco urbano. Era importante ter dito isso, também, iria afastar-se do casco urbano, mas quando não pormenorizamos as coisas, deixamos no ar a ideia que é tudo, portanto, que é tudo farinha do mesmo saco, em termos de solução, ia afastar-se do casco urbano e aquilo que os senhores decidiram fazer nesta Assembleia Municipal, foi reprovam essa proposta do executivo municipal. É a democracia a funcionar. Nós acatamos e posemos pés a caminho para conversar com o ICNF para encontrar uma solução diferente para acordar termos diferentes para não perdermos o financiamento que conseguimos neste mandato para resolver um problema que já existe há muito tempo e que os executivos anteriores nunca resolveram e, portanto, nós

aprovamos uma candidatura, conseguimos flexibilizar o prazo dessa candidatura. Conseguimos renegociar a localização da execução dessa candidatura para que o canil gatil seja uma realidade.

Eu não sei se é uma solução perfeita, eu sei é que nós politicamente, em determinados momentos, temos de ter a capacidade de tomar decisões e foi isso que nós fizemos, tomamos uma decisão. É perfeita? Admito que até possa não ser perfeita, mas é uma decisão que vai permitir que as tais condições que foram aqui descritas, penso que pela senhora deputada, deixem de existir, o mau estado em que estão, neste momento, a ser cuidado daqueles animais, se efetivamente daqui a uns anos, ou daqui a algum tempo, a capacidade estiver esgotada, temos de procurar efetivamente uma solução para poder aumentar a capacidade do canil e sim, está previsto naquele local podermos ter uma segunda fase para podermos aumentar a capacidade do futuro novo Canil-gatil. Sim, está previsto. Está prevista essa possibilidade.

As juntas de freguesia foram ouvidas, sendo rigoroso, a esmagadora maioria das freguesias pronunciaram-se de forma negativa. Sendo rigoroso, não foram todas, foi a esmagadora maioria das freguesias que se pronunciaram de forma negativa. Ora, a partir do momento que temos uma candidatura para executar, a partir do momento que temos um problema para resolver, que é compromisso deste executivo, senhor deputado Miguel Pereira, é um dos compromissos que tínhamos no nosso programa eleitoral precisamente para este mandato, e a partir do momento que também percebemos que era tão desconfortável e tão discutível, até porque se perguntarmos, e essa percentagem, esse resultado que apresentou aqui, não me surpreende nada. Noventa e oito por cento foi assim, foi nessa ordem, noventa e nove por cento. Não me surpreende nada, porque se fizemos uma auscultação às pessoas de cada uma destas freguesias em cada rua, perguntando-lhes se querem ter um canil a cem ou cento e cinquenta metros de casa, acham que o resultado vai ser diferente nas outras freguesias? Não vai ser diferente, não vai ser diferente, porque ninguém quer ter, mas ele já lá está e, portanto, isso pesou muito na decisão que acabámos por ser forçados a tomar. Nós decidimos construir esta infraestrutura no mesmo local onde ela já existe, se causa desconforto atualmente não vai causar mais desconforto no futuro, porque o local acaba por ser o mesmo.

Eu nem vou detalhar os termos em que nós tínhamos feito o acordo relativamente à localização que foi aqui discutida na anterior Assembleia Municipal, porque estávamos inclusive a falar de um terreno que era doado ao município para nos livrarmos de polémicas e encontrarmos a solução que seja o mais confortável possível, e eu sei que não é perfeita, mas sendo o mais confortável possível, decidimos optar pela mesma localização, repito que, se calhar, não é a decisão perfeita, mas é a decisão que nos vai permitir ter um novo canil gatil ainda durante o ano de 2025. Esse é o nosso objetivo e é nisso que estamos muito focados e é isso que vai acontecer. Já agora com financiamento aprovado ou sem financiamento aprovado, vossas excelências farão o que entenderem,

são livres de o fazer. A maioria desta Assembleia Municipal já boicotou o executivo, mais do que uma vez, se o fizer mais uma vez, nós vamos sobreviver a mais esse boicote. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de esclarecimentos e colocou o ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 42 votos a favor (membros presentes) num total de 45 membros em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da construção de Centro de Recolha Oficial de Animais no valor de até 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), nos termos da Lei 73/2013, de 3 de setembro em conjugação com a Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto sete da ordem de trabalhos. **Ponto Sete: Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em diversos procedimentos de contratação pública.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto tem que ver, essencialmente com a necessidade de a Câmara Municipal contratar serviços que reúnam dois critérios, um deles é ultrapassar um ano civil ou doze meses, em mais do que um ano civil, e outro é ultrapassar o valor de cem mil euros, portanto, decorre da lei. É um procedimento habitual que já aconteceu em mandatos anteriores e em anos anteriores e nós precisamos de aprovar este ponto para podermos, ter essa flexibilidade e podermos até negociar determinados serviços em prazos dilatados até dois anos ou três anos, e é algo recorrente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ora, relativamente ao pedido de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente a vários procedimentos de contratação pública proposta a votação neste ponto, e porque o senhor Presidente não o fez, vou elenca-los só para que lá em casa possam saber, tratando-se do fornecimento de combustíveis até ao valor de

trezentos mil euros, fornecimento de eletricidade até ao valor de um milhão de euros, o fornecimento de gás natural até ao valor de duzentos mil euros, serviços de confeção, transporte e fornecimento de refeições e lanches escolares até ao valor de um milhão de euros e o fornecimento de serviços das atividades de animação e apoio à família, na educação pré-escolar e de acompanhamento das refeições dos alunos do primeiro ciclo até ao valor de setecentos mil euros.

Tratando-se de um imperativo decorrente, como o senhor Presidente já mencionou dos normativos legais aplicáveis a este tipo de procedimentos, o CDS-PP encontra-se inteirado do seu teor, nada tendo a opor, votará favoravelmente a proposta da Câmara Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude, José manuel Silva, do GP do PSD.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Estamos inteirados e vamos votar, naturalmente, favoravelmente a proposta. Acresce que este procedimento traz eficácia, eficiência e ganhos significativos para o município e é o que todos pretendemos e desejamos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que colocou o ponto sete à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em diversos procedimentos de contratação pública.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao último ponto da ordem de trabalhos. **Ponto Oito: Proposta da Câmara Municipal para celebração de aditamentos a contratos interadministrativos entre a Município da Póvoa de Lanhoso e Junta de Freguesia de Taíde e entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Junta de Freguesia de Monsul, aprovação das minutas correspondentes e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Nós trazemos a esta Assembleia Municipal a possibilidade de protocolarmos, ou melhor, de aprovarmos uma adenda ao protocolo com estas duas juntas de freguesia, tendo em conta que os serviços que são prestados pela Junta de Freguesia de Monsul e de Taíde, são serviços que poderão funcionar e que nós pretendemos que possam funcionar como postos avançados do Balcão Único Municipal.

Nós vamos também implementar, julgo eu, ainda durante o ano 2025, o balcão único móvel que poderá percorrer o concelho e estar nas várias freguesias e prestar o mesmo serviço que é prestado no balcão único da Câmara Municipal e que será completado agora também no balcão à disposição na Junta de Freguesia de Monsul e na freguesia de Taíde, também. E, portanto, entendemos que seria justo, a Câmara Municipal compartilhar uma parte do custo da despesa no fundo, que existe em cada uma destas juntas de freguesia, com os recursos humanos que estão alocados à disponibilização desse serviço à população e trazemos isso para discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tratando-se a proposta em apreço do aditamento, como já foi aqui mencionado pelo senhor Presidente, aos contratos no âmbito da criação dos Balcões do Cidadão, nas respetivas freguesias, o CDS-PP encontra-se inteirado do seu teor e nada tendo a opor, votará favoravelmente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude, do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Também estamos inteirados e votaremos favoravelmente a proposta.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou o último ponto à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para celebração de aditamentos a contratos interadministrativos entre a Município da Póvoa de Lanhoso e Junta de Freguesia de Taíde e entre o Município da Póvoa de Lanhoso e a Junta de Freguesia de Monsul, aprovação das

minutas correspondentes e aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário a Ata em minuta para imediata aplicação das deliberações tomadas, informou que a Ata em minuta foi aprovada por unanimidade, e terminou a sessão da Assembleia Municipal, desejando a todos uma boa noite e um feliz carnaval, informando que em princípio, por informação da Câmara Municipal, existia a possibilidade de termos uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal no dia 27 de março de 2025.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.